



ELD

Solicitada audiência
ao ministro
da Defesa Nacional
(Pág. 9)

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XI - N.º 141

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

Mensário — Março — 1986 — 25\$00

EDITORIAL

A inexistência, no Ministério da Defesa Nacional, de um organismo destinado a tratar os problemas dos Deficientes das Forças Armadas, é problema que repetidamente temos vindo a apontar como factor de inércia que entrava a evolução da legislação relativa aos DFA.

Não existindo um serviço adequado para dar resposta às obrigações que incumbem àquele Ministério, nos termos do Dec.-Lei 43/76, sempre que se verificam alterações na composição do Ministério são meses ou até anos de trabalho que se perdem.

Assim aconteceu com as sucessivas mudanças de Governo: quando os titulares se encontravam perfeitamente informados e sensibilizados para os problemas, quando parecia próxima a possibilidade de avançar para soluções, tudo voltou, por várias vezes nos últimos anos, ao ponto de partida.

Sempre que isso tem sucedido, a ADFA inicia nova via sacra de pedidos de audiência, prestação de informações e fornecimento de *dossiers* aos novos governantes sobre os vários problemas em aberto, reafirmando a sua disposição de colaborar na procura de soluções por todas as formas ao seu alcance.

Assim voltou a suceder mais uma vez com a demissão do secretário de Estado adjunto do ministro de Defesa Nacional, dr. Figueiredo Lopes, num momento crucial, em que o diálogo da ADFA com o Ministério se estava a revelar potencialmente muito frutuoso.

De facto, nos últimos tempos, tinham-se esboçado soluções para alguns dos problemas mais prementes que se nos colocam: o Ministério da Defesa enviou nova proposta de Dec.-Lei sobre acumulações ao Ministério das Finanças, recebeu da ADFA propostas de legislação sobre Grandes Deficientes e sobre Doenças Agravadas em Serviço que, pela voz do dr. Figueiredo Lopes, se comprometeu a analisar, reconhecendo a sua justeza.

Existiam ainda compromissos daquele governante no sentido de dar forma continuada à participação da ADFA na busca de soluções legislativas, em ligação com as equipas técnicas do Ministério e, para o próprio problema de fundo que agora mais uma vez se coloca, havia uma promessa de solução: a inclusão na nova Lei Orgânica da Defesa Nacional de um organismo militar para a reabilitação, susceptível de dar sequência lógica e continuada ao tratamento dos problemas — independentemente de eventuais alterações dos quadros do Ministério.

Num sistema eficaz de governação os homens passam mas as instituições permanecem. Não é lamentavelmente isso que sucede neste momento, pois o Ministério da Defesa não dispõe de serviços aptos a dar resposta às obrigações que a Lei lhe comete para com os deficientes das Forças Armadas. Bastará dizer que não existe sequer, nesse Ministério, um serviço de atendimento onde um deficiente se possa dirigir para expor os seus problemas ou obter informações.

Os problemas que tantas vezes temos apontado permanecem. Firme permanece porém, da mesma forma, a nossa determinação para levar de vencida todos os novos contratemplos. Continuaremos a pugnar pelas medidas que entendemos justas e necessárias, abertos ao diálogo, prontos a colaborar na solução dos problemas que nos dizem respeito.



**Grande
Convívio Nacional
Estufa Fria — Lisboa
17 de Maio**

(Pág. 3)

Baixa de Lisboa vai ter sinais acústicos para cegos

Noticiário e depoimentos (Pág. 5)

reportagem

A Delegação de Coimbra



CENTRAIS

Direitos das viúvas e filhos menores dos Deficientes das Forças Armadas

(Pág. 4)

Assembleia Geral Nacional Ordinária Lisboa — 5 de Abril Convocatória

Nos termos do art.º 27.º dos Estatutos, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar no próximo dia 5 de Abril (sábado), com início às 13 horas e 30, no Anfiteatro da Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, sita na Av. Egas Moniz (junto ao Hospital de Santa Maria) em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Aprovação do Relatório e Contas da Direcção Central e respectivo Parecer do Conselho Fiscal Central, relativos a 1985.**
2. **Apreciação e votação do Relatório de Actividades do Conselho Nacional referente ao ano de 1985.**
3. **Actualização de quotas para 1987.**
4. **Apreciação dos processos disciplinares instaurados aos sócios n.ºs 5240 José Manuel Lima Rita, e 8387, José Luís Cavaco Ferreira.**

Sede da ADFA, 10 de Março de 1986.

**Mesa da Assembleia Geral Nacional
O Presidente
Cândido Manuel Patuleia Mendes**

Legislação

Taxa de telefone mais barata para pensionistas com poucos recursos

Os reformados e pensionistas com recursos económicos precários (cujo rendimento do agregado familiar não exceda o salário mínimo nacional) poderão requerer o desconto de 50 por cento na taxa de assinatura telefónica, nos termos do Dec.-Lei 20-C de 13 de Fevereiro de 1986.

O diploma referido estabelece:

Artigo 1.º Poderão beneficiar de 50% de desconto no preço da taxa de assinatura telefónica os reformados e pensionistas com recursos económicos insuficientes, desde que o rendimento mensal do seu agregado familiar seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional.

Art. 2.º O benefício acima referido depende de pedido do interessado e de despacho favorável do conselho de administração dos CTT e dos TLP,

tendo por base os elementos de prova que aquelas empresas definam como bastantes e que sejam fixados por despacho do ministro da tutela.

Art. 3.º Por portaria dos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transporte e Comunicações poderá ser alargado o benefício concedido nos termos do artigo 1.º, quer por alteração da taxa de desconto agora fixada, quer pela sua extensão a outras taxas telefónicas.

Alteradas condições

para atribuição de pensão social

O estado civil dos candidatos a pensão social originava por vezes complicações na determinação dos rendimentos do agregado familiar, em casos de união de facto entre pessoas não casadas ou, no caso inverso, entre pessoas casadas mas na prática separadas sem que esse vínculo tenha sido desfeito legalmente.

O despacho normativo 2/86 do secretário de Estado da Segurança Social introduz nova doutrina sobre esta matéria, estabelecendo como critério base a situação de facto em que o requerente se encontra.

Eis o teor da determinação em causa:

1 — São relevantes, para efeitos da determinação do limite de rendimento fixado no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 464/80, as situações de união ou de separação de facto dos requerentes da pensão social.

2 — Para os efeitos previstos no n.º 1, consideram-se em situação de união de facto os requerentes que vivam em condições análogas às dos cônjuges por período de tempo superior a 2 anos ou que tenham descendentes comuns.

3 — Os requerentes não separados judicial-

mente de pessoas e bens ou cujo casamento não tenha sido dissolvido através de sentença de divórcio, mas que, de facto, vivam em situação de separação do cônjuge, beneficiam do limite de rendimentos individuais estabelecido para a pensão social sempre que comprovem a impossibilidade de efectivação do direito a alimentos relativamente ao outro cônjuge.

4 — Os serviços competentes de intervenção directa dos centros regionais deverão acompanhar estas situações tendo em vista a verificação dos condicionamentos determinantes do disposto no presente despacho.

Secretaria de Estado da Segurança Social, 2 de Dezembro de 1985. — O secretário de Estado da Segurança Social, José Nobre Pinto Sancho.

ADFA recebida pelos Chefe e Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército

A Direcção Central foi recebida no dia 11 de Março pelo Chefe do Estado Maior do Exército, general Salazar Braga. Esteve igualmente presente o Vice-Chefe daquele Estado Maior, general Firmino Miguel.

Entre os problemas que a ADFA foi expor àqueles responsáveis militares avultam o da necessidade de as Forças Armadas continuarem a assumir as obrigações do Estado, legalmente consagradas, para com aqueles que se deficientaram no cumprimento do serviço militar, no domínio da assistência ou do internamento, quando esgotadas as possibilidades de integração no meio familiar, e a situação dos sócios oriundos das ex-colónias.

Foram entregues dois memorandos, um sobre a necessidade de criação de novas estruturas e adaptação das existentes para prevenir o agravamento precoce de deficiências, outro sobre a situação dos Deficientes das Forças Armadas oriundos dos países africanos de expressão portuguesa.

Do primeiro desses documentos, destacamos os seguintes passos:

(...) Podemos considerar que, em matéria assistencial, os deficientes militares são credores por parte da Nação de um conjunto de apoios razoáveis, que lhes permite olhar o presente com alguma tranquilidade, a partir da publicação do decreto-lei n.º 434-A/82, que torna extensiva aos deficientes e seus familiares a Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADMS).

Após a filiação da ADFA na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC), onde representa Portugal desde 1982, constata-se que os direitos pelos quais luta, são igualmente reconhecidos por todos os países europeus e membros da NATO, facto este, que não sendo fundamental no corpo da argumentação que nos assiste, constitui no entanto um bom referencial nas tarefas que a ADFA desenvolve aos vários níveis.

Na nossa participação na FMAC e do consequente intercâmbio que temos mantido, com as organizações de deficientes militares e antigos combatentes de vários países, fomos alertados, entre outras questões,

para a situação do agravamento das deficiências e da decorrente necessidade de serem tomadas a tempo, medidas para evitar uma desintegração sócio-familiar precoce ou internamentos hospitalares prolongados, quase sempre ultrapassados com acções de prevenção correctas.

De facto, os grandes deficientes motores, sensoriais e psíquicos estão sujeitos a agravamentos acentuados das suas capacidades, embora tal evento não seja razão suficiente para se recorrer ao internamento hospitalar, que além de oneroso, acarreta toda uma série de traumas psicológicos, reflexo das vivências do período imediatamente após ao acidente.

Tendo absoluta consciência dos vultosos meios necessários à criação de estruturas capazes de darem resposta às situações referidas, pensamos ser possível encontrar soluções a partir de realidades já existentes, com as adaptações decorrentes duma nova perspectiva de utilização.

Encontra-se neste caso, o LAR MILITAR DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA que possui condições, para a médio e longo prazo, constituir uma das respostas às preocupações da ADFA, legítimas e inequivocamente reconhecidas pela Nação, nos vários diplomas legislativos que enquadram a situação dos deficientes das Forças Armadas.

(...) Dentro desta perspectiva, pensamos que o futuro enquadramento do Lar Militar da Cruz Vermelha, deveria ter em conta as obrigações da instituição militar nesta área, de molde a evitar-se que o mesmo saísse fora do seu âmbito.

Assim, somos da opinião que o Lar da CVP deveria ser enquadrado nos Serviços Sociais das Forças Armadas, que a exemplo das estruturas que já possui para apoio à terceira idade, ficaria também, dotado de meios de resposta para parte considerável dos seus sócios, portadores de deficiências permanentes e que, igualmente, reclamam condições

de dignidade que o seu sacrifício deve merecer sempre por parte da Nação.

(...)

O Chefe de Estado Maior do Exército disse-nos considerar que devem ser salvaguardadas condições de dignidade no apoio devido aos deficientes militares, e que a situação irá ser exposta superiormente.

O General Salazar Braga diria ainda que enten-

de que o Lar Militar deve continuar a constituir um apoio importante para os deficientes das Forças Armadas.

Foi ainda entregue ao CEME o memorando sobre os sócios da ADFA oriundos dos países africanos de expressão portuguesa a que aludimos noutra local desta edição (Ver notícia sobre audiência com o Secretário de Estado da Cooperação).

Funcionários públicos deficientes podem optar por trabalho a meio tempo

Os funcionários e agentes da Administração Pública deficientes com mais de três anos de serviço e ainda os funcionários com descendentes ou enteados deficientes, podem requerer a passagem a um regime de tempo de trabalho parcial, nos termos do Decreto-Lei 9/86, recentemente publicado em «Diário da República», o qual contempla igualmente outras situações.

Eis a parte do diploma em que são enumeradas as condições de acesso a esse regime:

(Quem pode requerer)

1 — Só podem requerer o regime de trabalho previsto no presente diploma os funcionários ou agentes que hajam prestado pelo menos 3 anos de serviço efectivo à Administração e se encontrem em alguma das seguintes condições:

- Tenham a seu cargo descendentes, adoptandos, adoptados ou enteados menores de 12 anos que desejem orientar directa e pessoalmente;
- Necessitem de cuidar de descendentes, adoptandos, adoptados ou enteados cuja enfermidade ou situação específica exija cuidados e acompanhamento directo do ascendente;
- Tenham a seu cargo descendentes, adoptandos, adoptados ou enteados deficientes e que se encontrem em algumas das situações previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 170/80, de 29 de Maio;

dos ou enteados deficientes e que se encontrem em algumas das situações previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 170/80, de 29 de Maio;

- Pretendam assistir o cônjuge ou ascendente seu ou do cônjuge quando, na sequência de acidente ou doença grave, o seu estado exigir a presença de uma terceira pessoa;
- Quando sejam portadores de deficiência ou sofram de doença grave e sempre que a junta médica competente recomende o exercício de funções em tempo parcial;
- Frequentem cursos dos vários graus de ensino com vista à obtenção de habilitações académicas que lhes permitam ingressar ou progredir nas carreiras da função pública.

COMPRA-SE CARRO AUTOMÁTICO

Um deficiente civil encontra-se interessado na compra de um veículo automóvel automático, usado.

Os interessados poderão fazer as suas ofertas por escrito para a delegação do Porto sita à Rua Pedro Hispano, 1105 — 4200 PORTO, devendo indicar todos os elementos que julguem de interesse.



Sócios africanos

ADFA recebida pelo Sec. Estado da Cooperação

A Direcção Central foi recebida no dia 5 de Março pelo Secretário de Estado da Cooperação, comandante Azevedo Soares, ao qual foi apresentar o problema dos ex-militares das Forças Armadas Portuguesas naturais das ex-colónias, perante os quais o Estado Português não tem estado a assumir as suas obrigações por falta de mecanismos adequados.

Na verdade, o Estado Português assume essas obrigações no plano teórico. Porém, na prática, pouco tem sido feito, por falta de regulamentação e canais diplomáticos adequados.

O Secretário de Estado da Cooperação considera que o assunto tem que

ser resolvido e se deve passar dos princípios à prática.

Como primeiro passo, a ADFA tinha proposto em 1984 que fosse feito o levantamento das situações e enviadas missões aos países de origem desses deficientes.

Esse levantamento até

hoje não foi feito. A Secretaria de Estado da Cooperação solicitou ao EMGFA que fosse feita uma listagem dos casos, mas esse pedido não foi ainda satisfeito.

Note-se que relativamente à Guiné-Bissau existe um acordo no domínio da assistência médica e protésica e dos meios auxiliares de locomoção.

Verifica-se, porém, que esse acordo não é eficaz.

Em relação a Moçambique não há acordo nem regulamentação. A Secretaria de Estado da Cooperação está a fazer um esforço para regulamentar a questão com o Governo moçambicano.



12.º Aniversário

Grande Convívio Nacional

Concentração na Estufa Fria de Lisboa no dia 17 de Maio às 12 horas

Comemorando o Aniversário da ADFA neste Ano Internacional da Paz, vai realizar-se no dia 17 de Maio, a partir das 12 horas, na Estufa Fria em Lisboa, uma grande concentração nacional de sócios da ADFA.

A concentração terá lugar num local nobre da cidade, bem perto do Pavilhão dos Desportos onde em 1974 se realizou a primeira Assembleia Geral da ADFA.

Passados doze anos, há que fazer o balanço às sequelas da guerra e às

feridas ainda em aberto e afirmar que estamos vivos, que as vítimas da guerra continuam a exigir os seus direitos e a plena integração na sociedade.

A festa será abrilhantada pelo conjunto de paraquedistas «Boinas Verdes».

Estão abertas inscrições na Sede e em todas as Delegações, para um almoço volante, cuja ementa é a seguinte:

OPEN BAR
Cocktail Dry Martini
Martini Rosso, Dry Bianco

Gin Nacional
Cerveja
Refrigerantes
Sumo
Águas Minerais
Vinho Branco e Tinto
«Caves Fundação»

FRIOS

Croquetes de Carne
Rissóis de Camarão
Pastéis de Bacalhau
Carnes Frias
Frango à Imperial
Salada Russa
Salada Mista

SALGADOS DE BAR

Batata Chip's
Azeitonas
Amêndoas
Passas de Uva

QUENTES

Creme de Legumes
Bifinhos c/ molho de Cogumelos, Batata Soutê e Esparregado

SOBREMESAS

Entremeios de Ananás
Pudim de Ovos
Pastelaria Variada (Misturas)
Fruta da Época
Café
Digestivos

Aceitam-se inscrições até 30 de Abril na Sede, Delegações e Núcleos. O custo da refeição é de 1000\$00 por adulto e 500\$00 por criança.

Lembramos ainda que paralelamente decorrerá na sede uma exposição de arte aberta a sócios e não sócios, deficientes e não deficientes, para a qual expira o prazo de inscrição no dia 20 de Março. Voltaremos a falar desta exposição no próximo número do ELO quando forem conhecidos os nomes de todos os participantes.

ADFA vai apresentar projecto para reunião de ex-combatentes dos Países Lusófonos

A ADFA vai apresentar em breve à Secretaria de Estado da Cooperação um projecto para a realização de uma reunião cimeira entre ex-combatentes portugueses e dos novos países de expressão portuguesa.

Pretende-se com esta proposta dar um exemplo e um incentivo à cooperação entre Portugal e es-

ses países, pois pensamos que a experiência adquirida pela ADFA e os próprios serviços que pode prestar constituem factores que pensamos não dever ser perdidos.

Sendo a ADFA uma organização de Utilidade Pública cabem-lhe igualmente responsabilidades na colaboração em acções concretas que se encontrem dentro do seu

âmbito e concorram para o interesse nacional.

De notar que na recente audiência com o Secretário de Estado da Cooperação se verificou a existência de abertura para apoiar pontualmente iniciativas de cooperação da ADFA e que idêntica abertura se tinha já anteriormente manifestado por parte do Ministério da Defesa Nacional.

Protesto de associações de deficientes sobre a situação do SNR

● ADFA vai propor pedido de audiência ao Sec. Estado da Segurança Social

O documento de protesto subscrito por onze associações de e para deficientes relativo à transferência da tutela do Secretário Nacional de Reabilitação da Presidência do Conselho de Ministros para o Ministério do Trabalho e Segurança Social (cujo texto reproduzimos integralmente na última edição do ELO) foi lido, como expediente, na sessão do Plenário da Assembleia

de República de 25 de Fevereiro e remetido à Comissão Parlamentar de Saúde, Segurança Social e Família para ulteriores decisões.

Entretanto vai realizar-se nova reunião das associações subscritoras desse documento no dia 24 de Março. Nessa reunião, a ADFA vai propor que seja pedida uma audiência ao Secretário de Estado da Segurança Social com o objectivo de se

saber quais as intenções do Governo relativamente ao SNR.

Verifica-se que desde a publicação da nova Lei Orgânica do Governo, que consuma esta medida com que não podemos concordar, se assiste a uma autêntica paralisia do SNR.

Entendemos que o Secretariado Nacional de Reabilitação tem que funcionar, mesmo nesta situação com a qual não concordamos.

Ao ser-lhe cometida a tutela do SNR, o Secretário de Estado da Segurança Social tornou-se o responsável pela coordenação de um política nacional de reabilitação. É fundamental que esse governante assumira essa responsabilidade e que, de uma forma ou de outra, a reabilitação dos deficientes, que a lei consagra como direito, seja mais que uma palavra e se traduza em acções concretas.

de que dispunha nessa unidade.

Até que encontre nova sede, a Associação dos militares de Abril, funcionará provisoriamente na Rua Luís de Camões, n.º 47 em Linda-a-Velha.

Associação 25 de Abril provisoriamente em Linda-a-Velha

A Associação 25 de Abril deixou de funcionar no Forte do Bom Sucesso, devido a determinação do Estado-Maior do Exército, do qual dependia a continuação da cédência das instalações

25 de Abril

Colóquio e jantar-convívio na Sede

Comemorando o 12.º aniversário do 25 de Abril, a ADFA promove, na sede, um encontro com um militar de Abril, que animará um Colóquio sobre os seguintes temas «25 de Abril — final da guerra, Ano Internacional da Paz, os direitos que assistem aos deficientes militares». Seguir-se-á um jantar convívio para o qual estão já abertas inscrições.

O colóquio realizar-se-á no dia 24 de Abril pelas 18 horas e 30 e contamos com a presença, embora sujeita a confirmação, dados outros afazeres desse nosso convidado, do tenente-coronel Vasco Lourenço. Trata-se de um acto cultural a que atribuímos particular significado como vítimas da guerra a que o 25 de Abril pôs termo.

Seguir-se-á um jantar convívio, pelas 20 horas, para o qual estão abertas inscrições até ao dia 22 de Abril na sede. A ementa consta de febras na brasa e bacalhau assado, vinhos, digestivos e sobremesa. O custo das inscrições é de 500\$00.

A ampla participação que se espera por parte dos sócios constituirá a afirmação, neste Ano Internacional da Paz, de que as vítimas da guerra são a favor da paz, com a autoridade particular que lhes assiste para a reclamar após a experiência traumatizante da guerra por que passaram.

APOIO MÉDICO NA SEDE

CLÍNICA GERAL (Médico: sócio dr. Fernando Brito)	Segundas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRA (Médico: dr. Gameiro)	Quintas-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA CLÍNICA (Psicólogo: sócio dr. Valente dos Santos)	Na Sede: primeira quinta-feira de cada mês às 10 horas
	Atendimento domiciliário: nas terceiras quintas-feiras de cada mês
	No consultório do dr. Valente dos Santos, em Tomar (Rua Ângela Tamagnini n.º 11, r/c-Esq.), nos restantes dias, especialmente para os sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém.

Direitos das viúvas e filhos menores dos DFA's

Muitas viúvas e filhos menores dos deficientes das Forças Armadas não estão suficientemente informados dos direitos que a Lei lhes confere. No sentido de lhes proporcionar essa informação, pedimos à Secretaria da Sede uma enumeração sucinta desses direitos, que abaixo publicamos:

Direitos a nível nacional das viúvas e filhos de deficientes DFA's

01 — QUADRO PERMANENTE:

a) Pensão de sobrevivência no correspondente a 50 por cento do quantitativo da pensão passível de desconto para a Caixa.

b) Pensão de preço de sangue, quando a morte resulte de acidente ou doença adquirida ou agravada em serviço de campanha, ou ainda quando seja portador de um grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento no correspondente a 70 por cento do quantitativo da pensão passível de desconto para a caixa.

c) Assistência médica e medicamentosa (comparticipação) através da Assistência a Doença dos Militares do Exército, Armada e Força Aérea (ADMR, ADMA, ADMFA).

d) Inscrição nos S. S. F. A., quando o extinto tenha descontado para os referidos serviços.

02 — QUADRO DE COMPLEMENTO (S. Militar Obrigatório):

a) Pensão de Preço de Sangue nas mesmas condições dos militares do Quadro Permanente.

b) Assistência médica e medicamentosa nas mesmas condições dos militares do Quadro Permanente.

c) Inscrição nos S. S. F. A. nas mesmas condições dos militares do Quadro Permanente.

Direitos a nível nacional das viúvas e filhos de deficientes em serviço

01 — QUADRO PERMANENTE:

a) Pensão de sobrevivência

b) Pensão de Preço de Sangue, quando a morte resulte de acidente ocorrido em ocasião de serviço e em consequência do mesmo.

c) Assistência médica e medicamentosa (comparticipação).

d) Inscrição nos S. S. F. A. quando o extinto tenha descontado para os referidos serviços.

02 — QUADRO DE COMPLEMENTO (S. M. Obrigatório):

a) Pensão de Preço de Sangue, quando a morte resulte de acidente ocorrido em ocasião de serviço e em consequência do mesmo.

b) Assistência médica e medicamentosa (comparticipação).

III

Direitos a nível da ADFA das viúvas e filhos

01 — Em conformidade com o art.º 6 do Estatuto da ADFA as viúvas podem inscrever-se como sócio, perdendo esta condição sempre que constitua novo agregado familiar.

0.1 — Os filhos menores podem ser sócios, perdendo esta condição ao atingirem a maioridade, salvo se se verificar em relação a eles qualquer deficiência permanente.

Carta de cumprimentos da ADFA ao Presidente cessante

Por ocasião do termo do mandato do General Ramalo Eanes, a ADFA, através, da sua Direcção Central, enviou ao Presidente da República cessante uma carta de cumprimentos de despedida em que agradece «a forma aberta e compreensiva» como, durante os seus dois mandatos, encarou os problemas dos deficientes militares.

Eis o texto integral do documento:
Ex.^{mo} Senhor
Presidente da República Portuguesa
Praça do Império
1400 — Lisboa

Excelência:

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no momento em que Vossa Excelência termina o mandato como Presidente da República Portuguesa, vem apresentar cumprimentos de despedida e, uma vez mais, salientar a competência e espírito de missão, revelados por Vossa Excelência, como mais alto magistrado da Nação Portuguesa.

A ADFA deseja ainda expressar, a Vossa Excelência, o vivo reconhecimento pela forma aberta e compreensiva como soube encarar os problemas dos Deficientes das Forças Armadas.

As relações entre a Presidência da República e a ADFA, pautaram-se sempre por um diálogo construtivo, visando encontrar as soluções mais adequadas à resolução dos problemas dos deficientes militares.

Assim, reiteramos os nossos sinceros agradecimentos e desejamos a Vossa Excelência as maiores venturas para o futuro.

De Vossa Excelência.
Muito atentamente

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO CENTRAL

INQUÉRITO AOS SÓCIOS DA REGIÃO NORTE

Na continuação dos trabalhos preparatórios do Centro de Reabilitação e Formação Profissional, a Delegação do Porto com a colaboração das outras delegações envolvidas — vai proceder a um inquérito junto dos sócios da região Norte no sentido de obter dados acerca da sua situação escolar e profissional bem como de outros de interesse associativo. Pretende-se com o referido inquérito conhecer a situação e as carências dos sócios nesses domínios de molde a fundamentar e definir programas de trabalho no sentido de apoiar a sua integração profissional.

Assim, a Direcção da Delegação do Porto solicita a todos os sócios que preencham e enviem rapidamente os inquéritos quando os receberem. Embora este trabalho não vá resolver de imediato todos os problemas dos sócios nos domínios referidos, poderá todavia ajudar à sua resolução em alguns casos.

Cupão a ser recortado, colado num postal e enviado à delegação da ADFA — PORTO.

Nome _____
N.º SÓCIO _____ IDADE _____
HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS _____
HABILITAÇÕES LITERÁRIAS _____
OUTRAS INFORMAÇÕES _____

ADFA recebida por assessor militar do primeiro-ministro

A Direcção Central foi recebida no passado dia 28 de Fevereiro pelo assessor militar do primeiro-ministro, coronel Jesus da Silva, ao qual expôs os problemas que levaram ao pedido de audiência ao chefe do Governo, tendo reafirmado a importância de que tal audiência se reveste para os deficientes das Forças Armadas.

Durante este encontro de trabalho com o coronel Jesus da Silva, havido na sequência do pedido de audiência que a ADFA endereçou ao primeiro-ministro Cavaco Silva, a Direcção informou aquele membro do gabinete do chefe do Governo do papel da ADFA nos planos nacional e internacional e ainda no âmbito da cooperação com os novos países de expressão portuguesa.

Foram igualmente expostos alguns dos problemas mais graves com que se debatem os deficientes das Forças Arma-

das e que levam a este pedido de audiência, a saber: a questão da acumulação de indemnizações e reformas da Função Pública, o problema dos grandes deficientes sem pensão, o das doenças agravadas em serviço, e o estatuto orgânico do Secretariado Nacional de Reabilitação, relativamente ao qual se nos colocam as maiores apreensões, dada a sua transferência da tutela da Presidência do Conselho de Ministros para o Ministério do Trabalho e Segurança Social, nos termos da Lei Orgânica do Governo.

Presidente da Cruz Vermelha recebeu Direcção da ADFA

O novo presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, Almirante Gongaza Ribeiro, recebeu a Direcção da ADFA no passado dia 11 de Março.

Este pedido de audiência insere-se no objectivo de concorrer para a existência de boas relações entre a ADFA e a CVP, à semelhança das relações existentes, no plano internacional e através da FMAC, com o Comité Internacional da Cruz Vermelha.

De notar que, pela primeira vez foi possível estabelecer contacto ao mais alto nível entre a ADFA e a CVP, tendo-se constatado a existência de interesse e abertura para uma desejável harmonização de esforços, tendo em conta o paralelismo de objectivos das duas organizações.

A ADFA expôs os vários aspectos da vida da nossa Associação e explicou o interesse na existência de relações bilaterais.

Da parte do Almirante Gonzaga Ribeiro foi manifestado o desejo e empenhamento na existência dessas relações.

A ADFA apresentou depois as suas preocupações pela eventual transferência do Lar Militar para a tutela da Segurança Social. O Almirante Gonzaga Ribeiro considerou, por seu turno, que não seria desejável essa transferência, sendo preferível a sua passagem para os Serviços Sociais das Forças Armadas ou a continuação na dependência da Cruz Vermelha Portuguesa.

Tendo-se falado no actual subaproveitamento do Lar, cuja capacidade não está a ser plenamente utilizada, a ADFA expôs a sua óptica de que o Lar deve ser perspectivado para satisfazer duas valências distintas: mantendo-se como residência para casos extremos de impossibilidade

de integração do deficiente na família, mas desenvolvendo serviços novos na perspectiva da prevenção do agravamento de grandes deficiências, com equipas técnicas à altura, tornando-se, sem grandes custos, uma unidade de reciclagem, funcionando como estrutura viva no domínio da prevenção.

O presidente da Cruz Vermelha Portuguesa aderiu plenamente a esta ideia, propondo-se avançar desde já para a criação de um grupo de trabalho, em que a ADFA participará, para proceder ao levantamento das possibilidades e custos eventuais de funcionamento do Lar nesses novos moldes.

Terreno do Porto

A respeito do terreno do Porto onde a ADFA deseja construir um Centro Integrado de Reabilitação e Formação Profissional, foi entregue ao Almirante Gonzaga Ribeiro um projecto desse centro e explanadas as suas finalidades.

O presidente da CVP declarou não estar suficientemente informado sobre o assunto, mas propõe-se encontrar uma solução, conjuntamente com a ADFA.

A Direcção convidou ainda Gonzaga Ribeiro para visitar as instalações da Delegação do Porto. O convite foi aceite, para data a combinar.

Armando Ramalho
professor de locomoção

Necessário sensibilizar o público

Armando Roberto Ramalho é professor de locomoção de pessoas cegas desde 1961, foi a primeira pessoa a ensinar locomoção a cegos adultos na Europa, na Fundação Sain.

A respeito dos avisadores repetidores acústicos diz-nos que pensa que essa experiência deveria ser feita numa zona restrita e ser acompanhada de uma acção de sensibilização do público através dos meios de comunicação.

Isto porque «a falta de informação de muitas pessoas atropela o trabalho já feito e é preciso que o público em geral compreenda por exemplo, que «pedir auxílio é dispor de independência».

Explicitando afirma que «o que se pretende é que a pessoa cega depois de dispor do mínimo indispensável de técnicas de protecção atinja a fase do à vontade, com a consciência das suas limitações e seja capaz de pedir auxílio».

Diz-nos ainda que, a sua experiência profissional, foram raros os casos de cegos que não atingiram um mínimo de autonomia, embora com frequência a venham depois a perder, muitas vezes por má compreensão dos próprios familiares, que procuram super-proteger o cego, habituando-o à «boleia» permanente que o leva a perder a sua autonomia.

O NIPRED

O Núcleo de Intervenção para a Recuperação de Diminuídos da Câmara Municipal de Lisboa foi criado em 1981, Ano Internacional do Deficiente e nasceu das conclusões de um grupo de trabalho constituído por despacho do presidente da Edilidade para coordenar as acções camarárias relacionadas com deficientes.

Actualmente, o NIPRED, estatutariamente dependente da presidência da CML, tem um quadro de técnicos com três arquitectos, um engenheiro, uma assistente social, além de pessoal administrativo e de apoio, num total de 15 pessoas.

Embora inicialmente criado com a vocação de desencadear acções de longo prazo, elaborando projectos e realizando obras, o NIPRED viu-se igualmente assediado por solicitações de natureza social e, desde há três anos, vem igualmente desenvolvendo importante acção nessa esfera.

Assim, segundo nos informou o arq. Pires Marques, o NIPRED desenvolveu acções que levaram ao alojamento de 150 famílias com pessoas deficientes em habitações camarárias e conseguiu emprego para mais de 40 deficientes nos quadros da CML.

Esta acção no domínio do emprego, diz-nos Pires Marques, «é uma acção pedagógica. O Município dá o exemplo nesta matéria».

No domínio da intervenção no espaço físico da cidade, o NIPRED procedeu à remoção de barreiras em edifícios camarários como o Teatro São Luiz e a Piscina do Areeiro, escolas, etc. Estão, por outro lado, programadas para 1986 ou já em curso, obras de adaptação na Piscina dos Olivais, no Pavilhão Carlos Lopes e no Teatro Maria Matos.

Transportes

Também no sector dos transportes o NIPRED tem tido intervenção. Assim, em 1985 foi inaugurado um serviço de transporte escolar para crianças deficientes, com motorista e ajudante devidamente preparados para o efeito, utilizando duas viaturas recuperadas, que realizam diariamente um serviço de porta-a-porta.

Diz-nos Pires Marques que, para racionalizar o esforço de transporte foi proposto ao Ministério da Educação que os alunos deficientes sejam concentrados nas mesmas escolas, para um melhor aproveitamento dos meios de circulação disponíveis (actualmente dois autocarros de 40 passageiros, subaproveitados em serviços longos, e cujo pessoal trabalha 12 horas por dia).

Perguntamos se o NIPRED dispõe de algum levantamento das necessidades de transporte para deficientes quer entre a população escolar quer entre a população adulta da cidade de Lisboa. Foi-nos dito que apenas existe uma ideia dessa ordem de grandeza quanto à população escolar, que é da ordem das dezenas, embora, com a progressiva remoção de barreiras a cidade se vá tornando mais permeável aos deficientes, dando lugar a um maior número de crianças deficientes com acesso à escola.

Pires Marques referiu, ainda, que existem contactos CARRIS/SNR para o lançamento de uma carreira de transporte integrado na zona de Chelas a título experimental (tal como havíamos noticiado no ELO de Janeiro).

A CML, através do NIPRED, tem ainda desenvolvido uma acção de apoio a deficientes no estabelecimento por conta própria. Foi o caso dos quiosques da CARRIS atribuídos a deficientes por proposta do NIPRED e o dos próprios quiosques do NIPRED a instalar no Largo de S. Mamede e na Av. Grão Vasco, em Benfica, com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional, os quais ficarão prontos durante o corrente mês de Março — segundo informação do arq. Pires Marques.

Outras acções da CML de apoio à população deficiente materializam-se na existência de uma biblioteca para cegos, a Biblioteca Camões, que actualmente só funciona em regime de leitura domiciliária, e na remoção da barreiras arquitectónicas na via pública. Durante o ano passado, pratica-

Na Baixa de Lisboa vão ser dentro em pouco instalados sinais acústicos nas passadeiras de peões, para facilitar a travessia de cegos naquela zona de trânsito tão intenso quanto perigoso.

Esta iniciativa do Núcleo de Intervenção para a Reabilitação de Diminuídos da Câmara Municipal de Lisboa (NIPRED) segue-se a uma primeira instalação realizada na Rua das Pretas (próximo da Liga de Cegos João de Deus e da Associação Luís Braille) a título experimental.

Para obter o máximo de informações a este respeito e registar desde já a opinião dos principais interessados, pretendemos reunir em mesa-redonda um responsável do

mente, toda a Baixa foi alvo dessas adaptações, com a criação de corredores para deficientes e circuitos privilegiados sem barreiras.

Porém, e é Pires Marques quem o reconhece, «não basta rebaixar passeios, é preciso remover outro tipo de obstáculos como os blocos publicitários, caixotes de lixo, caixas dos mecanismos automáticos dos semáforos e placas de trânsito, pelo que está a ser agora feito um levantamento desses obstáculos».

Sensibilização

Outra acção importantíssima da Câmara de Lisboa tem sido feita no domínio da divulgação sistemática destas realizações e sensibilização da população através dos meios de comunicação e de acções junto das escolas.

Assim, o NIPRED esteve já por três vezes no programa televisivo «Novos Horizontes» e tem desenvolvido uma acção pedagógica junto das escolas de arquitectura e engenharia para chamar a atenção de alunos e professores para este tipo de problemas.

Cedência de instalações

A CML presta ainda apoios pontuais a quase todas as associações de deficientes, quer sob a forma de subsídios quer cedendo-lhes instalações. Estão neste caso as instalações para o Centro de Formação da Associação Portuguesa de Surdos, em Chelas, ou a cedência de um terreno em Benfica, à Associação Portuguesa de Inventores, destinado à instalação de uma escola de novas técnicas dirigida à população deficiente.

Levantámos, por último, uma questão que diz respeito à sede da ADFA: a necessidade de empedramento do pátio exterior e mecanismo elevatório para cadeiras de rodas: Pires Marques informou que o NIPRED avançou já a verba necessária para a reparação do empedrado, aguardando-se que a Direcção do Serviço de Obras da CML accione a empreitada do Largo de S. Domingos, que inclui essa obra. Quanto ao mecanismo elevatório, aguarda-se o orçamento de 1986, esperando-se que nele seja incluída verba para o efeito.

Baixa lisboeta vai ser dotada com avisadores acústicos

NIPRED, outro do SNR, representantes das associações de cegos e da ADFA, e ainda um especialista de locomoção de pessoas cegas. Esse intento não foi conseguido, por ausência do SNR e porque o técnico de locomoção contactado, professor Ramalho, não teve possibilidade de estar presente à hora marcada.

Registamos contudo uma troca de impressões entre o arq.º Pires Marques do NIPRED, Martins Rosa da Associação Luís Braille, José Arruda, da ADFA. Em ocasiões separadas, ouvimos ainda o técnico de locomoção professor Ramalho e o dr. Henrique Portugal da Liga de Cegos João de Deus, cujas opiniões a este respeito aqui reproduzimos.

caso que a Luís Braille foi bastante sensível a esta iniciativa e se congratula pelo facto de ter sido tomada:

«Agradeço à CML esta iniciativa e todas as que venha a ter futuramente na eliminação de buracos no pavimento e obstáculos prejudiciais aos cegos.»

E lembra alguns obstáculos que persistem no centro da cidade, quer devido a obras quer devido à existência na via pública de equipamentos posicionados de forma

José Arruda afirmou por seu turno que, dada a importância desta medida, se justificaria plenamente que os centros de ensino de locomoção para pessoas cegas fossem convidados a pronunciar-se, contribuindo com a sua experiência para a melhoria e correcta utilização destes equipamentos.

Pires Marques afirmou que está programada a realização desses contactos, embora, disse, a utilização dos sinais seja muito simples: sinal contínuo corresponde ao semáforo verde e sinal intermitente corresponde ao semáforo vermelho. Nos cruzamentos haverá dois timbres diferenciados para que o sinal do sentido Norte-Sul se não confunda com o do sentido Nascente-Poente que lhe ficará próximo.

José Arruda afirmou em seguida que compete às organizações de cegos difundir informação a este respeito para evitar acidentes.

Martins Rosa sugeriu mesmo uma acção coordenada das direcções das associações para lhes permitir prestar uma informação correcta aos seus associados.

A finalizar esta conversa, Pires Marques alviatrou a conveniência de anualmente se realizar uma reunião semelhante do NIPRED com as associações para divulgação das suas actividades, conveniência que foi reconhecida pelos presentes.



que orçaram em cerca de 4000 contos. «Este ano serão adquiridos mais, na medida das necessidades.»

«Trata-se, adianta ainda Pires Marques, de aparelhos mais aperfeiçoados que os que foram instalados experimentalmente no cruzamento da Rua das Pretas.»

Por razões de segurança, a instalação será feita simultaneamente em todos os cruzamentos de uma mesma zona, para evitar induzir os utentes em erro.

Antes da instalação, o NIPRED procedeu a testes de som, no sentido de optar pela sonoridade mais eficaz, tendo pedido, segundo Pires Marques, a participação da Liga de Cegos João de Deus e da Associação Luís Braille para que testassem previamente o material.

Ainda segundo Pires Marques, não houve resposta das associações, pelo que as experiências prévias foram realizadas com a telefonista cega do próprio NIPRED.

Martins Rosa diz, pelo contrário, que a sua Associação não participou por não ter sido contactada. Afirma, em qualquer

que um cego dificilmente os detecta, provocando acidentes frequentes.

Pires Marques afirma que está já pessoal em campo para proceder ao levantamento dessas barreiras, e lembra a necessidade de críticas e sugestões das associações de cegos, adiantando que por sugestão de particulares têm já sido removidos alguns. Por exemplo os painéis publicitários de base estreita, não detectáveis pela bengala, estão a ser substituídos por outros de base mais larga.

Dr. Henrique Portugal (LCJD) «Passeios para os peões»

Henrique Portugal, dirigente da Liga de Cegos João de Deus tem sobre a instalação de sinais sonoros na Baixa de Lisboa uma opinião «altamente favorável» embora lamente o tempo que esse projecto tem levado a ser concretizado:

«Há dois ou três anos que nos garantiram que, a curto prazo, a Avenida da Liberdade ficaria quase toda operacional. O projecto existe mas tem sido sucessivamente atrasado pelo problema das verbas.»

A Liga de Cegos João de Deus, diz-nos, deu a sua opinião quanto ao tipo de som dos aparelhos a instalar.

Porém, diz por outro lado, «talvez mais importante que a

signalização sonora seria a limpeza geral dos passeios e a institucionalização do princípio de que os passeios são para os peões:

«Desde as caixas e postes no meio do passeio aos caixotes do lixo, existe uma infinidade de obstáculos que fazem com que os cegos andem permanentemente com feridas nas mãos e dêem frequentes pancadas.»

Para resolver esta situação aponta a necessidade de sensibilizar as pessoas. Refere por outro lado o perigo que alguns passeios rebaixados constituiu para os cegos. Nas novas zonas a construir deveria acautelar-se tudo isso.»

**Tiragem deste número:
8000 exemplares**

Conselho Nacional aprovou Orçamento para 1986

O Conselho Nacional da ADFA, em reunião ordinária realizada em 22 de Fevereiro transacto, aprovou o Orçamento da ADFA para 1986: um orçamento não deficitário, que prevê o recurso às reservas apenas para investimentos e não para o funcionamento administrativo dos serviços, contempla aumentos de 12 por cento para o pessoal, e foi maioritariamente aprovado pelos representantes de todas as Delegações.

A reunião ordinária do Conselho Nacional decorreu entre as 9 horas e 30 e as 19 horas, com a presença de elementos de todas as Delegações, além da Direcção Central e do Conselho Fiscal Central.

Foi analisada e discutida a proposta de Orçamento da Direcção Central, fruto do trabalho desenvolvido anteriormente a partir de propostas orçamentais das Delegações e de uma reunião de tesoureiros das Delegações da ADFA realizada em Janeiro.

A proposta aprovada, por maioria, é de grande rigor, tanto para a Sede como para as Delegações, tendo sido excluídas todas as despesas supérfluas e feitos cortes nalgumas rubricas, alguns dos quais poderão ter consequências no funcionamento dos serviços, implicando uma menor possibilidade de prestação de apoio aos sócios.

Lembra-se a este respeito, a necessidade de muitos sócios que o não têm feito regularmente, li-

quidarem as quotas em atraso.

Dadas as dificuldades existentes, foi decidido um aumento mínimo para os trabalhadores da ADFA, de 12 por cento.

Foi ainda estabelecido que, para conseguir fazer funcionar os serviços sem recurso às reservas, as delegações terão de contribuir para este Orçamento com base nas suas receitas de quotas e outras.

No domínio dos investimentos, e com recurso às reservas orçamentais da Associação, foram destinadas verbas para a melhoria das instalações e equipamentos da Delegação de Castelo Branco e para melhoria dos espaços sociais da Sede, nomeadamente a instalação de uma rampa elevatória para cadeiras de rodas, do piso térreo para o primeiro piso.

Foi ainda criada uma verba para incremento de núcleos e uma outra para acções de cooperação no âmbito do Ano Internacional da Paz.

Dados os condicionamentos orçamentais exis-

tentes, foi ainda aprovada uma proposta no sentido de se proceder a uma revisão orçamental durante o mês de Junho, para o que será convocado um Conselho Nacional Extraordinário.

Reunião Extraordinária do Conselho Nacional

Imediatamente a seguir à reunião destinada à discussão e aprovação do Orçamento, iniciou-se uma Reunião Extraordinária do Conselho Nacional, que tinha como Ordem de Trabalhos (1) a aprovação do relatório do Conselho Nacional relativo a 1985, (2) a preparação do Congresso Nacional da ADFA, (3) o regulamento da Assembleia Geral Nacional e (4) a divisão administrativa da ADFA.

Esta reunião, iniciada pelas 19 horas e 30 minutos foi interrompida para jantar às 20 horas e deveria prosseguir às 21, o que não foi possível devido ao abandono de representantes de várias delegações.

Devido ao lamentável abandono de representantes das delegações do Porto, Famalicão, Viseu, Castelo Branco e Setúbal, às 21 horas não havia quorum para prosseguir a reunião.

Não foi assim possível discutir questões como o III Congresso da ADFA e o relatório do Conselho Nacional, questões cruciais para a vida futura da Associação.



Momento da entrevista com os Órgãos Sociais e trabalhadores da Delegação

Reportagem

Na delegação de Coimbra da ADFA, a actividade desportiva desempenha um papel fundamental de estímulo do convívio e integração social do sócio, e de divulgação e sensibilização da população geral.

Através da pesca desportiva, modalidade de eleição, entre os sócios conimbricenses, o nome da ADFA está regularmente presente nos mais variados pontos do País, e a modalidade adquiriu uma dinâmica tal que neste momento a Secção de Pesca da Delegação integra já elementos provenientes de clubes concorrentes, que optaram pelas cores da ADFA.

Gracejando, embora de um assunto muito sério se trate, poderemos dizer que em Coimbra tudo quando vem à rede é dinamização. Mas nem só de pescarias vive a dinâmica e hospitaleira delegação, como demonstra a conversa que tivemos com José Girão, presidente, Carlos Alberto Almeida, secretário, Vítor Oliveira, tesoureiro, José Maia e Manuel Lucas, trabalhadores da Delegação.

A Delegação de Coimbra conta 765 sócios efectivos, embora o número de associados com as quotas em dia seja da ordem dos 50 por cento desse valor. Há ainda 208 processos pendentes para admissão de novos sócios. A data da reportagem, a Delegação não dispunha de dados exactos a respeito do número de sócios em serviço e em campanha, sabendo-se que é da ordem de pouco mais de duas dezenas o número de sócios que não recebem pensão.

A área de acção da Delegação abrange os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos, no distrito de Aveiro, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Pombal, Figueiró dos Vinhos, Marinha Grande e Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, e todos os concelhos do distrito de Coimbra.

Segundo nos dizem é grande a percentagem de sócios empregados e boa parte deles trabalha por conta própria.

Muitos dos sócios trabalham na agricultura e ainda uma fatia considerável labora na área dos serviços: CP, EDP, Autarquias... Apesar disso, a Delegação tem de acorrer a solicitações de procura de emprego, embora com dificuldades, pois o funcionário que trata dessa área trabalha igualmente na Secretaria. Ainda no ano passado foram conseguidas duas colocações.

Dizem-nos ainda que são frequentes os casos de deficientes (especialmente de serviço) com dificuldades económicas de que resulta em muitos casos que não possam ter os filhos a estudar. A maior

parte das solicitações de emprego dirigidas à Associação são de resto para filhos de associados.

Instalações

A Delegação de Coimbra nasceu em Setembro de 1975, através da comissão nomeada para proceder ao seu lançamento, a qual fez contactos com a Região Militar Centro, tendo obtido a cedência de instalações na Rua da Sofia, a título provisório. Essas instalações, porém, eram muito húmidas e não ofereciam grandes condições de trabalho e a Delegação acabou por adquirir instalações próprias, num andar de quatro assoalhadas, na zona central da cidade, em 1980.

Actualmente essas instalações já não são as mais adequadas - trata-se de um último andar, só havendo acesso a cadeiras de rodas através do elevador da garagem) e está no espírito dos actuais órgãos propôr, dentro de pouco tempo, a aquisição de novas instalações, num rés-do-chão, beneficiando da valorização entretanto sofrida pelo andar adquirido em 1980. Sobre a aquisição de um sexto andar há seis anos, quando era previsível a necessidade de transferência futura para um piso térreo dizem-nos ter sido necessário aproveitar a oportunidade que então se deparava. «Na altura não havia que olhar para trás. Se não tivéssemos «apanhado» este andar, talvez ainda estivéssemos sem instalações!».

Revelam-nos que a Delegação de Coimbra mantém boas relações com os poderes da cidade: Câmara Municipal, Governo Civil, entidades militares.

Carta ao novo Presidente da República

Após a tomada de posse do Presidente da República, Mário Soares, a Direcção da ADFA enviou ao novo Chefe de Estado uma carta de felicitações que abixo reproduzimos na íntegra:

Excelência,
A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ADFA, congratula-se com a eleição de Vossa Excelência e apresenta felicitações pela tomada de posse como Presidente da República, certa de que irá contribuir decisivamente para o progresso do país.

A ADFA, associação representativa dos Deficientes Militares e a maior organização nacional de deficientes, tem sido, desde a sua fundação, imediatamente após o dia 25 de Abril de 1974, a voz dos deficientes militares na reivindicação dos direitos que lhes assistem. Porém, a ADFA não tem vivido fechada em si mesma; grandes questões nacionais têm merecido uma atenção muito especial, como sejam o campo da reabilitação e o da cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, sectores em que a ADFA tem uma experiência bastante rica e que poderia ter sido melhor utilizada em prol do todo nacional.

Na área da reabilitação pugnou pela criação e pela manutenção do Secretariado Nacional de Reabilitação, no qual se empenhou totalmente. Ainda a

nível da reabilitação, tem em funcionamento um Centro Oficial de Meios Ortopédicos, no Porto, por onde já passaram mais de 2000 deficientes civis e militares.

Em relação à cooperação com os países de expressão portuguesa, tem vindo a aprofundar os contactos e mantém uma cooperação efectiva com alguns.

No âmbito internacional, com a filiação na Federação Mundial de Antigos Combatentes, FMAC, abriram-se novos horizontes, pois tem vindo a beneficiar da experiência acumulada ao longo de algumas décadas por associações congéneres, experiência essa de extrema utilidade, não só para os deficientes militares, mas também para os deficientes de uma forma geral. A participação activa da ADFA, como associação representante de Portugal, já mereceu o reconhecimento das suas potencialidades.

Volvidos que são quase doze anos sobre Abril de 1974, apesar do caminho percorrido, subsistem ainda problemas que urge ultrapassar. Portugal viveu uma guerra colonial durante ca-

torze anos, mas a sociedade portuguesa continua a manifestar dificuldade em encarar este facto, pelo que muitas das feridas da guerra não se encontram saradas; a Nação ainda não reconheceu essa realidade em toda a sua plenitude.

Entre os custos das guerras ressaltam, os mortos e os deficientes e é com mágoa que se constata que os deficientes militares portugueses não são tolerados, mas não aceites. Enquanto esta situação se mantiver e a Nação Portuguesa não assumir os seus deficientes de guerra, continuaremos a ser vítimas duma tremenda injustiça.

A ADFA está segura de que irá manter relações frutuozas de trabalho com a Presidência da República, dado que muitas das questões dos Deficientes das Forças Armadas passam inevitavelmente por esse Órgão de Soberania. Conhecedores do espírito de justiça que irá imprimir ao mandato, estamos convictos que a voz da nossa razão encontrará a vez junto de Vossa Excelência.

Reiteramos as nossas saudações e desejamos a Vossa Excelência as melhores felicidades no desempenho das altas funções em que está investido.

De Vossa Excelência,
muito respeitosamente

DIRECÇÃO CENTRAL
O Presidente



Localização da Sede



Troféus conquistados pela Secção de Pesca

n: a Delegação de Coimbra

Essas boas relações materializaram-se por exemplo no convite oficialmente dirigido à ADFA para participar no grupo de trabalho que preparou os transportes para deficientes na cidade.

«Apraz-nos registar, dizem, as óptimas relações com todos os chefes militares da zona, com o DRM, com o Quartel General, com o Hospital Militar Regional n.º 2, com as unidades. Há um clima de grande abertura e grande confiança, temos permanente troca de informações sobre legislação, nos concursos de pesca que promovemos temos tido a colaboração de entidades militares no aspecto logístico.»

Um caso pontual de grande significado: «Há tempos, houve substituição de Chefe de Estado Maior da Região Militar Centro. Pois o CEM cessante veio à ADFA apresentar cumprimentos de despedida».

Problemas

No domínio das relações com entidades civis e outras organizações de deficientes: «Contactámos a gerência dos Teatros Avenida e Gil Vicente para procurar resolver o problema das barreiras arquitectónicas, tivemos também contactos com deficientes civis para a resolução desse problema. Porém, desde o final do ano passado a acção exterior da Delegação tem sido muito reduzida, pois saiu um trabalhador. De resto, dois trabalhadores são insuficientes para o trabalho da delegação. Alguma coisa tem de ficar para trás».

Esse é, dizem-nos, o grande problema de Coimbra, que tem dois trabalhadores, ambos grandes deficientes: «Lisboa não tem concordado com a admissão de um novo elemento, mas estes órgãos estão convictos de que se trata de uma necessidade absoluta e estamos a pensar pedir uma reunião a Lisboa para debater o problema. Mesmo que

tenhamos que ser nós a suportar o vencimento desse funcionário». Apesar das limitações de que se queixam os órgãos sociais, algo tem sido feito: «Temos bastantes contactos com a Escola de Cegos da Pedrulha e de Bencanta e com a Associação de Pais das Crianças Diminuídas Motoras, de Celas, temos permanente troca de informações. No dia da Bengala Branca a ADFA está presente. Temos também contactos com o Hospital Pediátrico Dr. Luís Borges, que está muito ligado aos problemas das crianças deficientes. Não há mais contactos por falta de tempo. Concordamos que a ADFA não tem muito dinheiro, mas é importante que a ADFA não esteja fechada dentro de quatro paredes.

O José Maia devia estar mais liberto do trabalho burocrático para se poderem realizar mais acções nesse domínio.»

A Delegação de Coimbra costuma realizar anualmente uma Festa de Natal.

No ano de 1985, pela primeira vez, tal não aconteceu: «Não havia hipóteses. A Festa de Natal tem custos. Não tínhamos meios económicos, e houve também falta de material humano. Outras realizações: «Fazemos parte do quadro de honra das comemorações do 25 de Abril em Coimbra. Já chegou o convite para este ano».

No aspecto do apoio a sócios, além do expediente normal de qualquer Delegação, Coimbra oferece aos associados descontos nalgumas casas comerciais. «Não há hipóteses de ir muito mais longe e dar mais coisas aos sócios. Tivemos natação e futebol de salão, mas tivemos de desistir devido aos preços exorbitantes que nos pediam pelo aluquer das instalações». No domínio das relações com outras delegações dizem-nos: «Temos relações com todas. O Girão e o Maia são sócios da primeira hora, conhecem perfeitamente os elementos das outras

delegações. Além disso é timbre da nossa Delegação um sentido hospitaleiro que vai dando os seus frutos na criação de raízes de amizade. Coimbra foi das delegações que manteve sempre um espírito que se enquadra perfeitamente nos ideais da associação. Nós combatemos os mangas de alpaca que se sentam atrás da secretária e recebem os sócios como numa secretária. Temos mantido sempre essa linha de coerência que é extremamente importante. Não temos balcões na delegação e não é por acaso. O sócio vem aqui e sente-se assim mais à vontade».

No domínio das relações com a Sede dizem-nos que «houve uma altura em que as coisas não funcionaram como deviam. Houve divergências profundas mas ao longo de todo o processo foram-se solucionando.

Quanto ao ELO, dizem-nos que deveria estar mais atento às Delegações: «esta entrevista não pode repetir-se só daqui a dez anos».

Pesca

Falamos por último da Secção de Pesca que é por assim dizer o ex-libris desta Delegação. Com quatro equipas constituídas por uma dezena de sócios e alguns civis, amigos da Associação e todos assinantes do ELO, a equipa da ADFA tem vindo a ser valorizada nos últimos tempos por algumas «transferências» de pescadores desportivos do União de Coimbra, da Académica de Coimbra, do St. Clara e do St. António dos Olivais, que têm optado pelas cores da ADFA. A Secção de Pesca surgiu inicialmente com «a ideia de fazer algum dinheiro organizando torneios, geralmente na Figueira da Foz, com o apoio de entidades militares. Mais tarde federámo-nos através da Associação Regional da Beira de Pesca Desportiva. Actualmente concorreremos a todos os

concursos e organizamos um concurso anual oficial, marcada pela Federação, que já criou tradições». Este ano, o concurso de Pesca da ADFA será em 18 de Maio.

«Passámos a ser uma equipa a sério e temos tido alguns êxitos. A equipa que ganhe mais taças em três anos consecutivos ou em cinco alternados ganha um Prémio especial instituído pela Associação das Beiras. A ADFA tem já dois anos consecutivos com maior número de taças, Vamos a caminho do terceiro!... Ainda no ano passado, enquanto uma equipa da Delegação participava nas comemorações do 25 de Abril no Parque da cidade, outra equipa, na Figueira da Foz, ganhava o 1.º lugar no Concurso do Clube de Amadores de Pesca.

Uma reivindicação: equipamentos com emblema da ADFA

Uma mágoa sentida pelos pescadores de Coimbra é a de não terem equipamentos — bastaria um blusão, dizem — com as cores e o emblema da ADFA: Estamos presentes de Norte a Sul do País em todos os concursos e somos os únicos que não têm equipamento. Sabe-se de que equipa somos exactamente por irmos com a nossa roupa de todos os dias. O nosso trabalho já merecia. Além de que não é um luxo, pensamos que é uma necessidade pois essa seria uma forma relativamente económica de a ADFA afirmar a sua presença em todos os locais por onde passamos. No ano de 1987 vai realizar-se em Coimbra o Campeonato do Mundo de Pesca desportiva. Os nossos atletas esperam que, até lá, a equipa da ADFA possa passar a apresentar-se como deseja: com camisolas da ADFA.

Por limitações de espaço resultantes da publicação dos Relatórios e Contas de 1985, não nos é possível publicar integralmente a reportagem realizada na Delegação de Coimbra da ADFA.

Assim, ficarão para o próximo número duas entrevistas realizadas simultaneamente com esta reportagem, aos sócios José Maia e Manuel Lucas, trabalhadores daquela Delegação.

Delegação de Coimbra convocatória

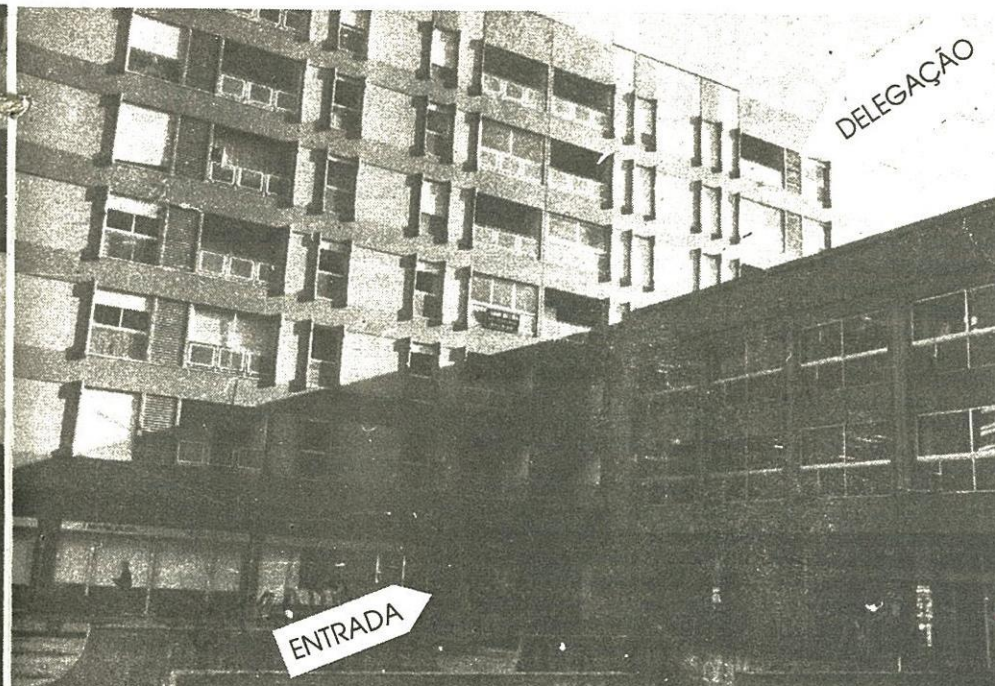
Nos termos do Art.º 48.º 1 e alínea b do Art.º 49.º dos Estatutos da ADFA, convocam-se todos os associados da Delegação de Coimbra, em pleno gozo dos seus direitos associativos para a Assembleia Geral de Delegação, a ter lugar no dia 22 de Março de 1986, pelas 14 horas na sala de convívio da Delegação, sita na Rua Fernão de Magalhães, 429-A — 6.º F, com a seguinte ordem de trabalhos:

Apreciação e votação do relatório de Actividades e contas da Direcção de Delegação e respectivo parecer do Conselho Fiscal de Delegação relativo ao ano de 1985.

Análise e medidas sobre diversos aspectos de índole associativa, nomeadamente a abertura da Delegação aos sábados a partir das 14 horas.



Órgãos Sociais e trabalhadores da Delegação



Localização da Sede

Reportagem: a Delegação

da ADFA, a actividade desportiva fundamental de estímulo do convívio e de divulgação e sensibilização da

modalidade de eleição, entre os da ADFA está regularmente presente País, e a modalidade adquiriu uma importância a Secção de Pesca da Delegação com clubes concorrentes, que

um assunto muito sério se trate, Coimbra tudo quando vem à rede é escarinas vive a dinâmica e hospitaleira conversa que tivemos com José Girão, secretário, Vítor Oliveira, tesoureiro, trabalhadores da Delegação.

parte das solicitações de emprego dirigidas à Associação são de resto para filhos de associados.

Instalações

A Delegação de Coimbra nasceu em Setembro de 1975, através da comissão nomeada para proceder ao seu lançamento, a qual fez contactos com a Região Militar Centro, tendo obtido a cedência de instalações na Rua da Sofia, a título provisório. Essas instalações, porém, eram muito húmidas e não ofereciam grandes condições de trabalho e a Delegação acabou por adquirir instalações próprias, num andar de quatro assoalhadas, na zona central da cidade, em 1980.

Actualmente essas instalações já não são as mais adequadas - trata-se de um último andar, só havendo acesso a cadeiras de rodas através do elevador da garagem) e está no espírito dos actuais órgãos propôr, dentro de pouco tempo, a aquisição de novas instalações, num rés-do-chão, beneficiando da valorização entretanto sofrida pelo andar adquirido em 1980. Sobre a aquisição de um sexto andar há seis anos, quando era previsível a necessidade de transferência futura para um piso térreo dizem-nos ter sido necessário aproveitar a oportunidade que então se deparava. «Na altura não havia que olhar para trás. Se não tivéssemos «apanhado» este andar, talvez ainda estívéssemos sem instalações!».

Revelam-nos que a Delegação de Coimbra mantém boas relações com os poderes da cidade: Câmara Municipal, Governo Civil, entidades militares.

Essas boas relações materializaram-se por exemplo no convite oficialmente dirigido à ADFA para participar no grupo de trabalho que preparou os transportes para deficientes na cidade.

«Apraz-nos registar, dizem, as óptimas relações com todos os chefes militares da zona, com o DRM, com o Quartel General, com o Hospital Militar Regional n.º 2, com as unidades. Há um clima de grande abertura e grande confiança, temos permanente troca de informações sobre legislação, nos concursos de pesca que promovemos temos tido a colaboração de entidades militares no aspecto logístico.»

Um caso pontual de grande significado: «Há tempos, houve substituição de Chefe de Estado Maior da Região Militar Centro. Pois o CEM cessante veio à ADFA apresentar cumprimentos de despedida».

Problemas

No domínio das relações com entidades civis e outras organizações de deficientes: «Contactámos a gerência dos Teatros Avenida e Gil Vicente para procurar resolver o problema das barreiras arquitectónicas, tivemos também contactos com deficientes civis para a resolução desse problema. Porém, desde o final do ano passado a acção exterior da Delegação tem sido muito reduzida, pois saiu um trabalhador. De resto, dois trabalhadores são insuficientes para o trabalho da delegação. Alguma coisa tem de ficar para trás».

Esse é, dizem-nos, o grande problema de Coimbra, que tem dois trabalhadores, ambos grandes deficientes: «Lisboa não tem concordado com a admissão de um novo elemento, mas estes órgãos estão convictos de que se trata de uma necessidade absoluta e estamos a pensar pedir uma reunião a Lisboa para debater o problema. Mesmo que

tenhamos que ser nós a suportar o vencimento desse funcionário». Apesar das limitações de que se queixam os órgãos sociais, algo tem sido feito: «Temos bastantes contactos com a Escola de Cegos da Pedruiha e de Bencanta e com a Associação de Pais das Crianças Diminuídas Motoras, de Celas, temos permanente troca de informações. No dia da Bengala Branca a ADFA está presente. Temos também contactos com o Hospital Pediátrico Dr. Luís Borges, que está muito ligado aos problemas das crianças deficientes. Não há mais contactos por falta de tempo. Concordamos que a ADFA não tem muito dinheiro, mas é importante que a ADFA não esteja fechada dentro de quatro paredes.

O José Maia devia estar mais liberto do trabalho burocrático para se poderem realizar mais acções nesse domínio.»

A Delegação de Coimbra costuma realizar anualmente uma Festa de Natal.

No ano de 1985, pela primeira vez, tal não aconteceu: «Não havia hipóteses. A Festa de Natal tem custos. Não tínhamos meios económicos, e houve também falta de material humano.

Outras realizações: «Fazemos parte do quadro de honra das comemorações do 25 de Abril em Coimbra. Já chegou o convite para este ano».

No aspecto do apoio a sócios, além do expediente normal de qualquer Delegação, Coimbra oferece aos associados descontos nalgumas casas comerciais. «Não há hipóteses de ir muito mais longe e dar mais coisas aos sócios. Tivemos natação e futebol de salão, mas tivemos de desistir devido aos preços exorbitantes que nos pediam pelo aluguer das instalações». No domínio das relações com outras delegações dizem-nos: «Temos relações com todas. O Girão e o Maia são sócios da primeira hora, conhecem perfeitamente os elementos das outras

Por limitações de espaço resultantes da publicação dos Relatórios e Contas de 1985, não nos é possível publicar integralmente a reportagem realizada na Delegação de Coimbra da ADFA.

Assim, ficarão para o próximo número duas entrevistas realizadas simultaneamente com esta reportagem, aos sócios José Maia e Manuel Lucas, trabalhadores daquela Delegação.

Nos termos do 49.º dos Estatutos os associados da Assembleia Geral dia 22 de Março de convívio da De de Magalhães, 42 ordem de trabalho

Relatório de Actividades e Contas relativas a 1985

Preâmbulo

Em conformidade com o disposto na alínea d) do art.º 40.º dos Estatutos da A.D.F.A., a Direcção Central apresenta à Assembleia Geral Nacional o seu relatório de actividades e contas relativo ao exercício de 1985, numa linguagem simples, que expressa com total realismo a vida interna e externa da Associação nas suas realizações e omissões, que vão marcando indelevelmente o nosso querer associativo.

A realização em Junho das eleições para os Órgãos Sociais Centrais e Locais constituiu sem dúvida, um referencial determinante para a análise, que de qualquer ângulo se possa fazer, sobre a vida da A.D.F.A. durante o ano transacto.

Se por um lado, o acto eleitoral constituiu mais um marco destacável da participação e empenhamento dos Deficientes das Forças Armadas em torno da sua organização, não deixa contudo, de se reflectir num certo afrouxar do dinamismo para a obtenção de questões práticas, mas plenamente justificável, pela necessidade que a gestão democrática de novos órgãos impõe.

Verificou-se assim, num processo natural e evidenciador de vitalidade, que os sócios reforçaram o seu empenhamento materializando no voto, a força da A.D.F.A. e o reiterar dos objectivos que nos propomos.

Não evitando o confronto de ideias, sempre presente na actividade dos vários Órgãos Sociais Centrais e Locais e destes com os sócios, quanto à definição dos meios e dos objectivos a alcançar nas áreas que vão desde a organização dos servi-

ços e política financeira, até às reivindicações dos nossos direitos, conseguiu-se ao longo de 1985 manter o fluxo normal de trabalho ao nível da Sede e Delegações, o que reforçou substancialmente não só a confiança dos associados, mas igualmente a certeza de que a A.D.F.A. cimentou definitivamente a sua posição tanto interna como externamente.

Com base na experiência do anterior e especialmente na do ano de 1984, concluiu-se da necessidade quanto à reformulação dos modos de apresentar as preocupações da A.D.F.A. ao nível governamental e da opinião pública, de molde a integrar no corpo da nossa argumentação, outros elementos que para além de inovadores, constituíssem novas alavancas impulsionadoras dos nossos direitos.

Podemos, assim, considerar 1985 como o ano em que a A.D.F.A. apostou decisivamente na defesa dos direitos dos deficientes à luz do Direito Comparado, a partir do enquadramento legislativo aplicado aos deficientes militares dos países europeus e da NATO, membros da Federação Mundial dos Antigos Combatentes — FMAC.

Com o empenhamento total da A.D.F.A. na realização da 11.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus — CPAE, da FMAC, cujos trabalhos decorreram na Fundação Calouste Gulbenkian, tendo a Sessão Solene sido presidida pelo Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, foi dado um passo importante, talvez ainda não bem compreendido em toda a sua extensão, para o reconheci-

mento inequívoco dos nossos direitos.

Com efeito, ultrapassadas algumas reservas que persistiam, foi possível obter do Ministério da Defesa Nacional a abertura para de novo serem equacionadas matérias legislativas que sistematicamente eram recusadas desde 1978, com a questão dos grandes deficientes, a acumulação de pensões com as indemnizações que nos são devidas, a situação das doenças ou lesões agravadas em serviço e a reposição da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência — CMRA.

Foi também em 1985, como corolário dum esforço superior, que a A.D.F.A. viu reconhecido o seu papel de interlocutor na área da cooperação ao nível Europeu e Africano e muito especialmente com os países de língua oficial portuguesa, frutos claros da nossa filiação e participação activa na FMAC.

Reafirmando o seu papel quanto às grandes questões da reabilitação e a partir da experiência do Centro Oficial de Meios Ortopédicos, da Delegação do Porto, a A.D.F.A. assumiu um novo desafio ao projectar e implementar o Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrado, reconhecido como um empreendimento de interesse nacional, que levou à assinatura em Setembro de um protocolo com o Ministério do Trabalho, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Igualmente manteve, durante todo o ano transacto, um esforço empenhado para que o Secretariado Nacional de Reabilitação fosse dotado de uma nova Lei Orgânica que permitisse levar à prática os princípios orientadores do Plano Mundial de Acção para a Década dos Deficientes, aprovado pela ONU, constituindo-se igualmente como interlocutor privilegiado nas relações com a Europa, de molde a captar e fazer aplicar eficazmente as verbas do Fundo Social Europeu, para as áreas mais carecidas do processo de integração dos deficientes portugueses.

Entenderam os governos que assim não deveria ser, e do marasso inicial passou-se à regressão, com a passagem do SNR em Dezembro último, para a Secretaria de Estado da Segurança Social. No entanto, mais uma vez, a A.D.F.A. foi o polo aglutinador do querer dos deficientes e suas organizações representativas, que assim fizeram ouvir a sua voz junto dos Órgãos do Poder e da Opinião Pública.

I ACTIVIDADES INTERNAS

1. REABILITAÇÃO E APOIO SOCIAL

1.1. Em todas as delegações desenvolveu-se intensa actividade para tratamento dos problemas dos sócios, que se traduziu em milhares de ofícios, circulares, requerimentos, entrevistas com entidades civis e militares, etc.

1.2. Foram inscritos 430 novos sócios efectivos, dos quais 194 em Lisboa e 90 no Porto.

1.3. Emitiram-se 2276 cartões das ADM's, destacando-se pelo seu volume de trabalho a Sede e as delegações de Coimbra e Porto.

1.4. Foi completada a 2.ª fase da informatização dos dados dos sócios, possuindo-se agora um vasto conjunto de elementos que podem ser de grande utilidade.

1.5. Deu-se continuidade à revisão dos processos dos sócios, no sentido de serem detectadas falhas ou falta de elementos.

1.6. O Serviço de Contencioso continuou a apoiar as Delegações, os Serviços da Sede e os Órgãos Sociais Centrais, compilando e sistematizando os diplomas legais de maior

interesse que oportunamente divulgou.

Foram concedidas diversas audiências pelo Consultor Jurídico a associados de vários pontos do país, que além disso emitiu 20 pareceres jurídicos, elaborou um processo disciplinar e um recurso de acórdão de Tribunal Cível.

1.7. Com a transferência do posto médico para a Sede, decorrente da cessação de responsabilidades com a Sociedade Clínica, foi intensificado o apoio médico prestado gratuitamente aos associados e seus familiares, passando a equipa técnica a contar com um médico de clínica geral, um psiquiatra e um psicólogo, ocasionando um crescer constante de consultas.

1.8. A Secção de Reabilitação Profissional encetou diversos contactos com as entidades empregadoras com resultados escassos, provenientes das dificuldades que subsistem no mercado de emprego.

Encaminhou 30 associados para o Centro de Emprego e Formação Profissional, para atribuição de subsídios para estabelecimento por conta própria.

1.9. O Serviço de Apoio Social apoiou associados com carências económicas, com a atribuição de subsídios mensais.

1.10. A cerca de 30 associados que frequentam as aulas de alfabetização e do Ciclo Preparatório foram concedidos passes sociais, por não terem a sua situação regularizada e portanto não auferirem quaisquer rendimentos, o que lhes permitiu a deslocação dos Hospitais e Unidades Militares onde se encontram instalados, para a escola da ADFA, na Sede.

1.11. Foram elaborados processos para atribuição de subsídio pela Fundação Calouste Gulbenkian para a compra de automóvel ou triciclo motorizado e foram desenvolvidos contactos junto dos Hospitais Civis de Lisboa, para atribuição de cadeiras de rodas a sócios sem direito a pensão.

1.12. Foi celebrado um acordo de cooperação técnica e financeira com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para viabilizar a implementação e o desenvolvimento do futuro Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrado, tendo sido já atribuído um crédito de 20 000 contos, que permitiu a aquisição de algum mobiliário, máquinas e ferramentas.

1.13. Tendo em vista a afectação à ADFA do terreno onde deverá ser construído o Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrado, no Porto, a Direcção Central encetou contactos junto da Cruz Vermelha Portuguesa, Ministério da Defesa Nacional e Secretariado Nacional de Reabilitação.

1.14. O Centro Oficial de Meios Ortopédicos atendeu mais 200 novos utentes, dos quais 177 são civis.

O Serviço de Fisioterapia atendeu 270 utentes enquanto o Serviço Técnico-Terápico atendeu 574.

1.15. A Delegação do Porto apoiou as delegações de Bragança, Funchal e Ponta Delgada em projectos ligados a material ortopédico.

1.16. Foi assumido e implementado o projecto da rampa elevatória para acesso ao 2.º piso do Palácio da Independência, para uso dos grandes deficientes motores, com o objectivo de eliminar algumas das barreiras arquitectónicas existentes na Sede.

2. VIDA ASSOCIATIVA

2.1. Integrado no plano de rentabilização de mão de obra disponível em algumas delegações, foram atribuídas as importâncias de 823 000\$00 e 400 000\$00 às delegações de Bragança e de Viseu, para criação de actividades comerciais complementares.

2.2. Em 26JAN85 efectuou-se uma reunião do Conselho

Nacional que aprovou o orçamento da ADFA para 1985.

Autorizou o dispêndio de verbas significativas para o apetrechamento das delegações de Bragança e do Funchal.

Autorizou o dispêndio da verba de 500 000\$00 para custear as despesas de organização da 11.ª Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus (CPAE) da Federação Mundial de Antigos combatentes.

Encerrou temporariamente a Delegação de Évora, encontrando-se em actividade meramente administrativa, por ter sido considerado que os Órgãos Sociais Locais não se encontravam a funcionar em pleno e por o presidente da Direcção da Delegação ter cometido irregularidades graves, lesivas dos interesses e do bom nome da ADFA.

2.3. Em 16MAR85 efectuou-se uma reunião do C.N. que aprovou o seu relatório de actividades, fez a análise das conclusões da reunião da CPAE/FMAC, organizada pela ADFA e a análise e estudo dos planos de viabilização económico-financeira dos Centros Oficiais.

2.4. Em 30MAR85 reuniu a Assembleia Geral Nacional que apreciou a aprovação do relatório de actividades e contas da D.C. e o parecer do Conselho Fiscal Central e deliberou sobre a actualização de quotas para 1986.

2.5. Em 25MAI85, foi inaugurada na Madeira a nova sede da Delegação do Funchal, em instalações cedidas pelo Governo Regional da Madeira, com a presença de um membro da D.C., um representante do Governo Regional, representantes das Unidades e Estabelecimentos Militares e várias individualidades ligadas à Educação e à Reabilitação, bem como uma centena de sócios.

2.6. Em 15JUN85 ocorreram eleições para todos os órgãos sociais para o biênio 1985/87, tendo-se verificado um aumento substancial de sócios votantes, cifrando-se em cerca de 30 por cento dos Sócios com capacidade eleitoral.

2.7. Em 26OUT85 reuniu o C.N. que aprovou o Regulamento de funcionamento daquele órgão e uma proposta da D.C. sobre o acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a propósito do Centro de Reabilitação e Formação Profissional Integrado, do Porto.

2.8. Foram criados os núcleos de Santa Maria, Faial, Graciosa, S. Jorge e Terceira na Delegação de Ponta Delgada, que certamente irão contribuir para a dinamização associativa, numa região com grandes dificuldades em meios de transporte.

2.9. O núcleo de Cascais já tem instalações próprias cedidas pela Câmara Municipal de Cascais.

2.10. O Jornal «ELO» continuou a ser publicado com regularidade, verificando-se uma melhoria dos aspectos gráfico e estético das suas emissões, iniciando-se uma nova maneira de informar.

Elaborou diversas reportagens sobre temas de grande interesse associativo, como os grandes deficientes sem pensão, doenças agravadas em serviço e acumulação de pensões e vencimentos da função pública.

Cobriu sistematicamente as reuniões da D.C. com as entidades civis e militares e fez o levantamento de lares para militares.

3. DINAMIZAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

3.1. Em algumas delegações e na Sede foram promovidas reuniões periódicas de sócios, tendo em vista a incrementação da participação associativa através da discussão de temas de interesse geral.

3.2. Foram organizados con-

vívios associativos, com manifestações culturais, recreativas e desportivas nas localidades de Aljubarrota, Caminha, Lordeiro/Paredes e no Santo da Serra (Madeira) e nos núcleos de Alcobça e Cascais.

3.3. O 11.º aniversário da ADFA foi comemorado na Sede, com um almoço-Convívio e actividades culturais.

Também na Delegação de Ponta Delgada se comemorou a aniversário da ADFA, com um almoço de confraternização de sócios.

3.4. Em algumas delegações efectuaram-se as já tradicionais festas de Natal, que têm servido para bons momentos de convívio associativo.

3.5. Os sócios da Delegação do Porto reuniram-se num jantar de confraternização pelo aniversário daquela delegação, tal como na Sede a propósito das comemorações do Jornal «ELO».

3.6. A Delegação do Porto participou na Exposição-Mostra de Iniciativa Cooperativa através de um espaço que procurou promover o cooperativismo como solução para os problemas dos deficientes nas áreas da habitação, emprego e consumo.

3.7. A Delegação do Porto participou na jornada In/Formativa de Formação de Formadores — Curso ADILE/86 que pretendeu abrir caminhos e definir metodologias nos programas de iniciativas locais de emprego.

3.8. A Delegação do Porto foi visitada por um técnico da OIT — Organização Internacional do Trabalho que foi acompanhado por técnicos da Secretaria de Estado de Emprego.

3.9. A Delegação de Faro participou num simpósio sobre Higiene e Segurança no Trabalho, a convite da Direcção do Hospital de Faro, sendo convidada ainda para participar numa exposição no âmbito do dia nacional do deficiente.

3.10. A Delegação do Funchal participou juntamente com um membro da D.C., numa mesa redonda televisada pela RTP-Madeira, sobre vários temas ligados à reabilitação.

3.11. A Delegação do Funchal encetou contactos com o Secretário dos Assuntos Sociais, do Governo Regional da Madeira, para a criação de uma Oficina Protegida de Próteses e Meios Ortopédicos.

3.12. A ADFA esteve representada na Expojunior, na FIL, num certame dedicado à juventude, onde teve um «stand» com uma exposição fotográfica e material de divulgação, tendo em vista a sensibilização da opinião pública para a problemática da deficiência.

3.13. Como reconhecimento pelo esforço e empenhamento humano dos elementos do serviço de Medicina Física e Reabilitação do HMP, a ADFA resolveu homenagear aquela equipa como um jantar aquando da passagem à situação de reserva do Chefe de serviço, Dr. Oliveira, a que se juntaram algumas dezenas de sócios.

3.14. O 25 de Abril foi comemorado com a projecção do diaporama da A.D.F.A. e uma exposição fotográfica e documental, que esteve exposta até ao aniversário da A.D.F.A.

3.15. Tendo em consideração o natural agravamento das deficiências e a necessidade de serem tomadas a tempo, medidas que evitem a desintegração sócio-familiar, a D.C. visitou o Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa e o Lar dos Veteranos Militares de Runa, para avaliar as estruturas de apoio existentes.

3.16. A Delegação de Setúbal viu enriquecida a sua biblioteca com uma oferta de livros da Fundação Calouste Gulbenkian.

3.17. Foram ministradas aulas de alfabetização a algumas dezenas de sócios, tendo frequentado o ciclo preparatório 30 associados.

(Continua na pág. 9)

Proposta

de aumento de quotas

Como é do conhecimento dos associados encontra-se estabelecido que, anualmente, a Assembleia Geral convocada para apreciação e aprovação das contas do exercício anterior deve igualmente pronunciar-se pela actualização, do quantitativo das quotas para o ano seguinte.

Neste sentido vem esta Direcção após elaborado estudo sobre a situação financeira da ADFA e tendo em consideração:

a) Que o índice de inflação verificado nos últimos anos se situou acima dos 20 por cento.

b) Que as despesas de estrutura associativas nomeadamente composição e impressão do Jornal Elo, Conservação e Reparação, Comunicações, Deslocações e estadias dos órgãos, para só referirmos as mais importantes, sofreram naturalmente os reflexos daquele índice, aumentando na mesma proporção, sem que seja possível à ADFA reduzir estes custos sem afectar a sua actividade normal.

c) Que a actualização salarial dos trabalhadores da ADFA tem sido nos últimos anos muito inferior aos níveis praticados no mercado, nomeadamente em comparação com os aumentos da função pública. (Em 1985 — Função Pública 21%, na ADFA 15% 1986 — 16,5%, ADFA 12%), e tal situação tem conduzido naturalmente alguma desmotivação compreensiva, dos trabalhadores que se torna necessário ultrapassar.

d) Que assentando as receitas associativas, fundamentalmente, em duas componentes, que são o subsídio do MDN e a quotização dos sócios e verificando-se que o subsídio atribuído não tem sido actualizado ao ritmo de inflação;

e) Que, tendo surgido nas últimas assembleias, propostas no sentido de diferenciar os valores das quotas, conforme a situação dos sócios, face à legislação, isto é, instituir um sistema de quotas em função dos rendimentos, entende esta Direcção não poder apoiar estas iniciativas pelos seguintes motivos:

1) A adopção de um sistema diferenciado de quotas teria necessariamente de passar por uma revisão estatutária que harmonizasse o princípio de iguais direitos e iguais deveres, com a introdução desta nova situação.

2) A determinação da quota em função dos rendimentos poderá levantar sérias dificuldades, já que pressupõe a declaração do valor da pensão e de outros rendimentos, como os do trabalho.

Propomos que o valor da quota para o ano de 1987 seja de esc. 130\$00 que corresponde aproximadamente à inflação prevista para 1986, mais a reposição referente aos anos de 1984 e 1985, o que ainda é manifestamente insuficiente para o equilíbrio financeiro já que o subsídio do MDN previsto para 1986 conforme informações oficiais se deve manter ao mesmo nível do ano transacto.

Documentos a apresentar à Assembleia Geral

Relatório de Actividades e Contas relativas a 1985

(Continuação da pág. 8)

Os 1.º e 2.º anos do curso geral foram extintos no ano lectivo 85/86, por falta de alunos, que contaram com a frequência de 16 alunos no ano lectivo anterior.

Actualmente, ainda frequentam o 3.º ano do curso geral, 5 associados.

3.18. Com a participação de alunos da A.D.F.A. e a colaboração de outras entidades, efectuou-se uma exposição de artesanato, na Sede.

3.19. Foi levada a efeito uma exposição fotográfica no Posto de Turismo de Alcobaça, por iniciativa do núcleo da A.D.F.A. desta localidade.

3.20. Na Delegação do Porto efectuou-se uma exposição de desenho infantil, destinada aos filhos dos sócios.

3.21. De autoria de um colaborador da A.D.F.A. foi elaborado o calendário para 1986, com um tema alusivo ao ano internacional da paz, que foi distribuído por centenas de entidades sendo mais uma vez um veículo importante de divulgação da A.D.F.A.

3.22. Numa perspectiva de abordagem de questões de integração até agora pouco divulgadas, foi realizado um debate sobre sexologia e deficiências que contou com interessada participação de associados e outros deficientes, tendo sido publicados alguns artigos no Jornal «ELO», intitulados «Janela interior» que trataram aquele tema.

3.23. A A.D.F.A. organizou e participou em vários torneios e convívios desportivos.

3.24. A Delegação de Coimbra continuou a dedicar uma atenção especial à pesca desportiva, participando em provas oficiais e organizando convívios de sócios.

3.25. Aquando da inauguração das novas instalações da Delegação do Funchal, foi feita uma demonstração de tiro com arco, por sócios em cadeiras de rodas, a fim de despertar a prática desportiva dos deficientes.

3.26. A A.D.F.A. participou no torneio de basquetebol em cadeiras de rodas, da Direcção-Geral dos Desportos.

3.27. Foi organizado um torneio de basquetebol em cadeiras de rodas integrado nas co-

memorações do 11.º aniversário da A.D.F.A.

3.28. A A.D.F.A. participou nas actividades comemorativas do Dia Nacional da Segurança Social, competindo nas modalidades de ténis de mesa, futebol de salão e basquetebol em cadeiras de rodas.

3.29. Com a colaboração da A.D.F.A., realizou-se em Beja a 7.ª Estafeta dos Vampos Verdes, em cadeiras de rodas.

3.30. Decorreram aulas de natação na Piscina da Penha de França, em Lisboa e na Piscina do F. C. Porto para sócios e seus familiares.

3.31. Integrado nas comemorações do Jornal «ELO», efectuou-se um torneio de futebol de salão.

3.32. No dia nacional do deficiente foi organizado um torneio de ténis de mesa.

3.33. A A.D.F.A. continua a colaborar nas diligências para a legalização da Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes, tendo estado presente em Londres, na Conferência Internacional sobre arte, desporto e tempos livres do deficiente, na qualidade de membro da comissão instaladora daquela Federação.

4. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

4.1. A gestão administrativa e financeira da A.D.F.A. foi marcada pelo não aumento do subsídio do Ministério da Defesa Nacional, no valor correspondente ao da inflação, obrigando a uma grande contenção de despesas por todas as estruturas da A.D.F.A. e à dispensa de 6 trabalhadores da Sede, ao mesmo tempo que se procurou incrementar e dinamizar os centros produtivos.

4.2. As delegações de Viseu, Bragança e Funchal receberam significativas verbas para apetrechamento das suas instalações e/ou para dinamizar a sua actividade comercial, aguardando-se que aqueles investimentos tragam proximamente resultados positivos.

Também o Centro Oficial de Meios Ortopédicos da delegação do Porto, que ainda este ano não encontrou a sua estabilização total, recebeu a importância de 1393 contos para o seu saneamento financeiro.

4.3. Na sede e em algumas delegações continuaram a funcionar os bares e cantinas, que além da função social que desempenham, ajudaram a suportar os custos administrativos destacando-se as Delegações de Ponta Delgada, V. N. Famalicão e a Sede.

4.4. A Tipografia apresentou um saldo positivo de 506 000\$00 e criou amortizações e provisões no valor de 334 000\$00.

Também a Fotografia foi um sector altamente rentável atingindo um saldo de 751 000\$00, suportando os custos referentes ao trabalhador ali em funções.

4.5. Em 1985 verificou-se um acréscimo significativo do pagamento de quotas, a que não é alheio o facto de terem ocorrido as eleições para os Corpos Sociais, tendo-se recebido 7 106 752\$50 quando estava orçamentado apenas 5 716 000\$00.

II — ACTIVIDADES EXTERNAS

1. REIVINDICAÇÕES LEGISLATIVAS

1.1 Em 1985, efectuaram-se várias audiências com o Secretário de Estado da Defesa Nacional e de acordo com a experiência adquirida pela ADFA, no âmbito da FMAC e à luz do direito comparado, foram criadas condições para equacionar de novo as grandes questões reivindicativas o que se veio a verificar já em 1986, com a entrega no M. D. N. dos projectos de diploma sobre grandes deficientes e doenças agravadas em serviço.

1.2 Foi enviada ao 1.º Ministro, uma exposição sobre a atribuição de pensões de invalidez aos deficientes com doenças ou lesões agravadas em serviço, com conhecimento ao Ministro das Finanças, Secretaria de Estado da Defesa Nacional, Secretariado Nacional de Reabilitação, Caixa Geral de Aposentações, Direcções dos Serviços de Saúde e Repartição de Justiça e Disciplina dos 3 ramos das Forças Armadas.

1.3 Tendo em vista a não inclusão dos abonos suplementar e complementar de invalidez, no cálculo do imposto com-

plementar, foi remetida uma exposição ao Ministro das Finanças, com conhecimento à Secretaria de Estado da Defesa Nacional e ao SNR que viria a ser indeferida por despacho do Secretário de Estado do Orçamento.

1.4 Em 27JUN85, pelo Secretário de Estado da D. N. tomou-se conhecimento de que o projecto das acumulações das pensões de reforma com as da função pública, já foi por duas vezes apresentado ao Conselho de Ministros, sempre sendo rejeitado, encontrando-se porém, de novo para reapreciação.

1.5 Foi entregue ao Secretário de Estado da D. N. um dossier sobre legislação aplicável aos deficientes militares de alguns países da CEE e da NATO, que por certo constituirá um bom referencial para as entidades legisladoras.

1.6 Foi remetida à Caixa Geral de Aposentações uma petição em que se solicitava a inclusão nas pensões de reforma do suplemento especial de serviço, que teve despacho desfavorável, embora ainda existam indicadores que levam a crer que tal matéria possa ter uma evolução positiva.

2. FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ANTIGOS COMBATENTES

2.1 A ADFA organizou em Lisboa a 11.ª Reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus, cujos trabalhos decorreram nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian e contou com a participação de 10 países e ainda com a presença do representante da Comissão Permanente para os Assuntos Africanos — CPAA.

2.2 A sessão solene de abertura foi presidida pelo Secretário de Estado da D. N., onde foi lida uma mensagem do Presidente da República e na qual estiveram presentes o Secretário N. de Reabilitação, o representante da Câmara Municipal de Lisboa, o Comandante da Região Militar de Lisboa, representantes dos Estados Maiores dos 3 ramos das Forças Armadas, embaixadores de alguns países e outras altas individualidades civis e militares.

2.3 O Presidente da República recebeu uma representação da FMAC, que integrava o Secretário Geral, o Presidente da CPAE e o Presidente da ADFA.

2.4 A ADFA foi eleita para representar a Europa na reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Africanos o que é o seu reconhecimento internacional, de instituição responsável.

2.5 Tendo em vista o estabelecimento de relações com as organizações de Deficientes e Combatentes dos países africanos de língua oficial portuguesa, foram solicitadas audiências aos embaixadores da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, que já produziram alguns pedidos de cooperação por parte da Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, da Guiné-Bissau.

2.6. Aos participantes e acompanhantes da 11.ª Reunião da CPAE/FMAC foi proporcionado um bom ambiente, que não desmereceu da tradicional hospitalidade portuguesa e para o qual contribuíram decisivamente os apoios proporcionados pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Câmara Municipal através do NIPRED e pela Secretaria de Estado da Defesa Nacional, bem como outras entidades.

2.7. A ADFA esteve presente na 18.ª Assembleia Geral da FMAC, na Holanda, comemorativa do 40.º aniversário do final da II Guerra Mundial, tendo o representante da ADFA tido contactos com organizações de deficientes militares holandeses e visitado com atenção o Centro

de Repouso, para militares de Doorn.

3. Secretariado nacional de reabilitação

3.1. A convite da Direcção da Delegação de Faro, esteve presente naquela delegação o Secretário Nacional de Reabilitação, o Presidente da Câmara Municipal de Faro e outras entidades que debateram temas ligados à reabilitação.

3.2. Tendo em vista criar saídas profissionais para os sócios oriundos dos países de língua oficial portuguesa, foi contactado o SNR para diligenciar junto das entidades responsáveis para se encontrarem as soluções necessárias, criando-se por proposta da ADFA, um grupo de trabalho para tratar desta questão, constituído por representantes do SNR, do MDN, da Secretaria de Estado da Cooperaçao, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e da ADFA.

3.3. O SNR continua sem ver aprovada a nova lei orgânica, que iria repôr a real participação dos deficientes nas questões que lhes dizem respeito o que levou a ADFA a enviar uma carta ao 1.º Ministro, onde se refere a necessidade da reformulação da actual Lei Orgânica, tendo em consideração os indicadores e compromissos que as entidades governamentais assumiram para uma nova política de reabilitação, sem que até ao momento tal se verificasse. É referido ainda, que sem um organismo de planeamento, capaz de apresentar projectos de incidência nacional na área da reabilitação e reintegração sócio-profissional dos deficientes, não será possível aproveitarem-se eficazmente os apoios da CEE, naquela área.

Assim, por iniciativa da ADFA, foi subscrito um documento, com mais dez organizações de e para deficientes, que entregaram ao SNR no dia 9 de Dezembro dia nacional do deficiente, onde se denuncia que as expectativas criadas pelo Poder ao subscrever a Carta para os Anos 80 e sobre a Década Mundial da Reabilitação foram defraudadas, continuando a não haver uma política nacional de reabilitação e onde o organismo coordenador

da reabilitação não exerce todas as potencialidades por falta de instrumentos legais adequados.

Nota final

No corpo deste relatório verificamos, sem dúvida, o esforço que de Bragança a Ponta Delgada todos desenvolveram para, ao nível do seu âmbito e dos meios disponíveis, darem as respostas solicitadas pelos sócios nas várias áreas do processo de integração mas nem sempre numa perspectiva coordenada que salvaguardando o princípio da descentralização, não ponha em causa a coesão da ADFA como corpo único que, em todo o momento, esteja consciente, motivado e apto de forma a que, em todas as situações seja manifesto o empenho de todos os associados e muito especialmente dos Órgãos Sociais Centrais e Locais.

Reside aqui, quanto a nós, uma omissão preocupante que se caracteriza por um acentuado desinteresse por parte dos quadros dirigentes que por um desgaste compreensível, um acentuar do regionalismo e uma inércia acomodatória se demitiram de assumir o desencadear de processos revitalizadores da vida associativa sem os quais tudo poderá, a curto ou médio prazo, ser posto em causa.

Falamos, concretamente da realização do 3.º Congresso da ADFA, que apesar de proposto para a Ordem de Trabalho do Conselho Nacional de 26 de Outubro de 1985 e já no corrente ano, em 22 de Fevereiro de 1986 não se chegou a pronunciar sobre tal matéria.

A ADFA que soubemos criar e manter, exige de facto um esforço considerável para aqueles que assumem ser eleitos para dirigir os seus destinos e que nem sempre é reconhecido, exige de todos os sócios o estímulo moral e crítico que não pode esgotar-se no acto eleitoral.

No campo das reivindicações legislativas e que além do capital de esperança acumulado em 85 pela nova dinâmica imprimida, não foi possível materializar soluções concretas, não podemos alhear-nos do facto da instabilidade política ocorrida e que

(Continua na pág. 10)

Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional ao Elo:

Todos devem participar na próxima Assembleia Geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Cândido Patuleia Mendes, decidiu fazer, através do ELO, um apelo à máxima participação dos sócios na próxima Assembleia Geral Nacional Ordinária, que vai ter lugar em Lisboa no dia 5 de Abril.

«A Assembleia Geral, disse-nos, é o mais alto expoente da participação associativa e, por conseguinte, a melhor maneira de as bases fazerem sentir aos órgãos centrais as suas maneiras de sentir a Associação.»

Patuleia Mendes lembra, por outro lado, que desde a aprovação das Contas relativas a 1983, só se vêm realizando Assembleias Gerais Ordinárias. Daí resulta que o órgão máximo da Associação só tem reunido uma vez por ano, razão pela qual

«logicamente não haverá grande saturação do chamamento dos sócios a uma participação mais intensa na vida da ADFA».

O presidente da MAGN aponta ainda duas razões complementares que justificam plenamente a presença de um máximo de sócios nesta Assembleia Geral Nacional:

«A orientação geral da ADFA, por vezes, não chegará em toda a sua plenitude às diversas delegações e, nalgumas destas, a participação associativa é pouco significativa. Por outro lado, os órgãos centrais têm necessidade de saber o que os associados pensam e querem em termos de orientação geral da Associação para melhor poderem corresponder à sua vontade, que nestas Assembleias se deve manifestar».

Nota técnica sobre o Relatório e Contas relativo ao ano de 1985

1. A publicação dos resultados da ADFA referida ao exercício de 1985, após consolidação das contas de exploração da Sede, das delegações e dos centros produtivos, permite aos associados uma apreciação global sobre a natureza dos custos e proveitos que conduziram ao resultado líquido de 1 887 863\$60.

2. Os valores apresentados são bem significativos da dinâmica associativa e reflectem um crescimento da sua actividade em relação ao ano anterior.

O custo das existências

vendidas atingiu este ano os 22 056 contos e de sub-contratos foram pagos 7427 contos, que dizem respeito a 4158 contos de fotografias, 3175 contos de trabalhos no sector das artes gráficas, nomeadamente com composição e impressão do jornal ELO (1560 contos) e 112 contos ligados a trabalhos no âmbito do Centro Oficial do Porto.

Este valor reflecte que a ADFA, nomeadamente a nível da Sede, não tem neste momento, capacidade de resposta em termos de equipamento, às solicitações do

mercado. A sua capacidade produtiva esgotou-se e a renovação tecnológica não se processou em tempo útil, pelo que se vive uma situação de bloqueio, particularmente a nível da Tipografia.

3. Salientaremos ainda as despesas com pessoal efectivo da ADFA (incluindo os Centros Produtivos) que rondaram os 27 990 contos, tendo ainda sido gasto com pessoal eventual a importância de 3827 contos, que se encontra inscrita em outras despesas e encargos.

4. As perdas extraordinárias de exercícios anteriores (1338 contos) dizem respeito à regularização de verbas dispendidas até 1980, relativas a empréstimos a sócios para revisão de processos e recursos já terminados e perdidos, que têm transitado do activo dos balanços dos anos anteriores e ainda do pagamento de indemnizações (535 contos) a dois ex-trabalhadores pela rescisão negociada do contrato de trabalho, relativamente a um dos quais, corria um processo em julgamento no tribunal, que havia já merecido uma decisão judicial desfavorável à ADFA.

5. A facturação dos centros produtivos elevou-se a

43 951 contos, o que representa um crescimento de 7,5% em relação ao exercício de 1984.

6. O subsídio do Ministério da Defesa Nacional cujos valores oficiais no início do ano eram de 23 265 contos, foi rectificado quase no final do exercício, passando para 25 220 contos, ou seja mais 1955 contos do que o previsto, o que veio a permitir reduzir o descoberto orçamental aprovado pelo Conselho Nacional.

7. O montante das quotas recebidas sofreu um aumento considerável, que se justifica por um lado, por se tratar de um ano de eleições com uma forte participação associativa, e por outro, pelo trabalho de dinamização associativa desenvolvido, sendo particularmente significativo a nível da Sede, onde a quotização aumentou 55% em relação ao ano anterior.

O valor total de quotização foi de 7 106 752\$50, assim discriminado:

Sede	3 056 246\$00
Porto	1 309 550\$00
Coimbra	564 979\$00
Viseu	458 930\$00
C. Branco	395 655\$00
V. N. Famalicão	381 652\$50
P. Delgada	289 845\$00
Faro	206 940\$00

Funchal	166 660\$00
Setúbal	154 080\$00
Bragança	122 215\$00

8. O Conselho Nacional autorizou, com recurso às reservas associativas, o défice no valor aproximado de 3 484 contos, afectando esta importância do seguinte modo:

Centro Oficial do Porto — 1393 contos — para saneamento financeiro

Delegação de Bragança — 1282 contos — para melhoria das instalações e criação de um centro produtivo
Delegação do Funchal — 409 contos — para beneficiação e apetrechamento das instalações

Delegação — 400 contos — para melhoria das instalações exploração de cantina.

9.1. Na Sede, os custos por natureza englobam todas as despesas de funcionamento das estruturas associativas, de carácter nacional incluindo as despesas com pessoal, com excepção dos Centros Produtivos.

Destes custos salientam-se as seguintes despesas:

Impressão do jornal ELO	1 559
-------------------------	-------

Conservação e reparação	668
Comunicação (telefone e correio)	1 642
Material de escritório	280
Electricidade	282
Deslocações e Estadias dos Órgãos Nacionais	1 232
Despesas com pessoal efectivo	15 303

Constam ainda nos custos por natureza as despesas de dinamização e os encargos com as delegações que no presente ano atingiram valores muito expressivos.

9.2. Quanto a proveitos, referem-se as seguintes verbas:

Subsídio do MDN	25 220
Receitas de aplicações financeiras	1 289
Quotas da Sede	3 056

9.3. Os resultados do exercício, negativo no valor de 2 159 contos pode considerar-se muito bom, pois que o Conselho Nacional havia autorizado um défice da ordem dos 3 500 contos, o que foi evitado através de uma prudente gestão dos recursos que permitiram em relação às previsões um ganho significativo na ordem dos 1 700 contos, se levarmos em consideração as

Relatório de Actividades

(Continuação da pág. 9)

igualmente afectou outros sectores da vida portuguesa.

Não pretendemos, obviamente, alibis mas apenas um realismo consciente que nos poderá catapultar num futuro próximo, até mesmo imediato para um novo dinamismo nas reivindicações dos nossos direitos.

Sem roturas perigosas e mantendo-se fiel aos objectivos iniciais e consubstanciados nos Estatutos soubemos acompanhar as transformações do nosso país reforçando a participa-

ção democrática, optimizando os meios organizativos e alargando os espaços de convivência e cooperação nomeadamente com a Europa e África no âmbito da Federação Mundial dos Antigos Combatentes.

Consideramos assim, estarem as condições reunidas para um novo relançamento da ADFA, de maneira a não defraudar as expectativas criadas. O desafio é grande, aos sócios cabe julgar.

DIRECÇÃO CENTRAL

BALANÇO ANALÍTICO — Sede

ACTIVO	Activo bruto	Provisões, amortizações e reintegrações	Activo líquido	PASSIVO	Passivo e situação líquida
Disponibilidades:				Débitos a curto prazo:	
Caixa			3 162 170\$30	Fornecedores, c/ gerais	2 616 647\$20
Depósitos à ordem			2 763 805\$97	Sector Público estatal	521 987\$00
Créditos a curto prazo:					1 140 353\$50
Depósitos a prazo			5 500 000\$00	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Clientes, c/ gerais	4 145 732\$80	320 674\$50	3 824 938\$30	Capital adquirido	3 308 047\$20
Fornecedores, c/c			3 700\$00	Resultado transitório:	
Outros empréstimos concedidos			476 038\$80	Exercícios anteriores	23 166 866\$47
Sector público estatal			2 733\$00		
Outros devedores			3 559 385\$70	Resultados líquidos:	
Existências:				Resultados correntes do exercício	-2 061 722\$60
Mercadorias	1 075 972\$30	106 750\$50	969 221\$80		
Produtos e trabalhos em curso			217 453\$00		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 091 917\$80	109 191\$00	982 726\$80		
Imobilizações financeiras:					
Participações de capital em associadas			410\$00		
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	4 550 000\$00		4 550 000\$00		
Equip. básicos e outras máquinas e instalações	4 294 948\$90	3 929 226\$00	365 722\$90		
Ferramentas e utensílios	339 529\$30	320 900\$00	10 549\$30		
Material de carga e transporte	220 645\$40	220 645\$00	0\$40		
Equip. admin. e social e mobiliário diverso	4 593 163\$30	2 088 407\$00	2 494 756\$30		
Outras imobilizações corpóreas	605 685\$20	517 117\$50	88 568\$20		
	14 603 972\$90	7 094 377\$00	7 509 595\$10		
Total do activo			28 972 178\$77	Total do passivo e da situação líquida	28 972 178\$77

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS — Sede

Existências iniciais	2 725 604\$10	Prestações de serviços	21 330 683\$40		
Compras	7 752 432\$30	Trabalhos para a própria empresa			21 330 683\$40
Existências finais	2 167 890\$10	Variação de produções:			
Custo das existências vendidas e consumidas	8 310 206\$30	Existências finais	217 453\$00		
Subcontratos	7 314 942\$30	Existências iniciais	196 507\$00		
Fornecimentos e serviços de terceiros	6 420 719\$50	Aumento/redução dos produtos	20 946\$00	20 946\$00	
Impostos — Indirectos	35 351\$10	Subsídios destinados à exploração	25 220 000\$00		
Impostos — Directos	25 858\$00	Receitas suplementares			25 240 946\$00
Despesas com o pessoal	20 210 136\$40	Receitas financeiras correntes		474 417\$80	
Despesas financeiras	22 800\$30	Receitas de aplicações financeiras		1 289 003\$00	
Outras despesas e encargos	11 516 519\$80	Outras receitas		4 960 795\$80	
Amortizações e reintegrações do exercício	561 882\$00	Utilização de provisões		6 724 216\$60	
Provisões do exercício	140 948\$50			53 295 846\$00	53 295 846\$00
				419 303\$80	
Perdas extraordinárias do exercício	11 489\$00	Ganhos extraordinários do exercício		129 218\$00	548 521\$80
Perdas de exercícios anteriores	1 335 157\$00	Ganhos de exercícios anteriores			
Resultados líquidos					53 844 367\$80

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS — ADFA

Existências iniciais:	11 690 506\$80	Vendas de mercadorias e produtos:	18 750 645\$50		
Compras:	21 365 429\$10	Prestações de serviços	25 146 750\$60	43 897 404\$10	
Existências finais:	10 999 832\$60	Trabalhos para a própria empresa		54 218\$00	
Custo das existências vendidas e consumidas:	22 056 903\$30	Variação de produções:			
Subcontratos	7 426 928\$20	Existências finais:		217 453\$00	
Fornecimentos e serviços de terceiros	11 515 703\$10	Existências iniciais:		196 507\$00	
Impostos — Indirectos	76 730\$00	Aumento/redução dos produtos:		+20 946\$00	
Impostos — Directos	25 858\$00	Subsídios destinados à exploração	25 220 000\$00		
Despesas com o pessoal	27 990 729\$80	Receitas suplementares		27 737 122\$40	71 706 691\$50
Despesas financeiras	382 893\$40	Receitas financeiras correntes	2 517 122\$40	500 600\$40	
Outras despesas e encargos	8 890 869\$40	Receitas de aplicações financeiras		1 753 880\$80	
Amortizações e reintegrações do exercício	1 448 967\$30	Outras receitas		2 187 959\$80	
Provisões do exercício	140 948\$50	Utilização de provisões		542\$50	
Perdas extraordinárias do exercício	1 589 915\$80	Quotas		7 106 752\$50	11 469 736\$00
Perdas de exercícios anteriores	588 027\$30	Ganhos extraordinários do exercício		436 516\$40	
Perdas de exercícios anteriores	1 338 097\$00	Ganhos de exercícios anteriores		-154 575\$00	591 091\$40
Resultados líquidos					63 770 518\$90

PESCA DESPORTIVA



A Secção de pesca, da Sede, pretende iniciar as suas actividades com um convívio desportivo a realizar no próximo dia 25 de Abril, em local ainda a designar e a divulgar no próximo jornal, para o qual se convidam todos os associados pescadores bem como os candidatos a praticantes de tão saudável desporto.

É uma boa oportunidade para um salutar convívio ao ar livre, que convém não perder e para o qual irão contribuir os familiares farneis, que irão tornar a pescaria um verdadeiro êxito, nem que seja apenas... no prato.

Para mais pormenores, contactar o sócio Fernando Sousa no Lar Militar — telefone 79 49 12.

Se ainda não teve oportunidade de se inscrever como membro da Secção de Pesca Desportiva, da Sede e o deseja fazer, bastará recortar o cupão em anexo e enviá-lo para a Sede da A.D.F.A. — Palácio da Independência — Largo de S. Domingos — 1194 Lisboa Codex.

✂ ✂ ✂ ✂

NOME _____

N.º SÓCIO _____ TELEF. _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

C. POSTAL _____

Desejo fazer parte do grupo de pesca desportiva

Nota técnica sobre o Relatório e Contas relativo ao ano de 1985

(Continuação da pág. 10)

amortizações criadas no exercício.

9.4 Os Centros Produtivos da Sede tiveram resultados extremamente favoráveis.

Assim a Tipografia apresentou um resultado líquido de 506 contos e criou amortizações e provisões no valor de 334 contos.

A Fotografia saldou com 751 contos positivos, suportando os custos referentes ao trabalhador ali em funções.

O Bar apresentou um prejuízo de 300 contos, depois de suportar os encargos referentes aos seus 3 trabalhadores, no montante de cerca de 1120 contos.

10. A Delegação do Porto apresenta um resultado negativo no valor de 384 contos, que se justifica tendo em consideração o montante das amortizações criadas, cujos custos não estavam previstos no orçamento aprovado.

11. O Centro Oficial de Meios Ortopédicos, apresenta problemas administrativos, o que deu origem à «existência de anomalias por retenção indevida de valores recebidos de clientes».

Considerando os resultados alcançados nos últimos anos, verifica-se que a estrutura de custos continua deficiente, como é reconhecido pelo parecer técnico que acompanha a análise

daquelas contas. Em 1985, foi atribuída ao COMO uma verba de 1393 contos para saneamento financeiro, nos termos de uma proposta apresentada pela Delegação do Porto, verba essa considerada na exploração para 1985 como um subsídio à exploração o que permitiu cobrir o prejuízo real da ordem dos 590 contos.

12. A Delegação de V. N. de Famalicão, apresenta um resultado líquido de 1009362\$10, que se justifica pela contabilização neste exercício da verba de 600 contos atribuída e enviada em 1984 e ainda de 255 contos, de receitas de aplicações financeiras relativas aos últimos 3 anos.

13. A Delegação de Bragança apresenta um saldo positivo de 1527181\$50, resultante do subsídio atribuído pelo C. N., contabilizado mas não aplicado em 1985.

14. As Delegações do Funchal e Viseu apresentam também resultados significativos, designadamente 254 contos e 804 contos, respectivamente, decorrente dos subsídios atribuídos pelo C. N. e pela exploração da cantina de Viseu.

15. Nas restantes delegações verificam-se exercícios equilibrados, não merecendo comentários especiais.

A DIRECÇÃO CENTRAL
O Tesoureiro

Fundo Internacional para o Desporto de Deficientes

A sociedade actual seria inconcebível sem os seus múltiplos tipos de desportos, e, para os deficientes, as actividades desportivas implicam muito mais que simples recreação, activa ou passiva, como sucede com os ditos normais.

A participação desportiva abre novos caminhos para os deficientes. Constitui um meio que lhes permite emergir do seu isolamento, descobrir novo potencial e novas capacidades de integração e portanto maior auto-confiança, como membros da comunidade.

Sir Ludwig Guttman, um médico, inglês, é considerado o pai do Desporto para Deficientes; ele foi um dos primeiros a reconhecer não só o benefício físico do desporto para deficientes mas, especialmente, o seu valor no domínio psicológico. Ele iniciou assim um longo e laborioso caminho.

As primeiras competições desportivas para deficientes de guerra realizaram-se na Inglaterra em 1948. Até aí o caminho para o seu reconhecimento foi longo e duro. Até 1948 a única organização de desporto para deficientes era a CISS. Actualmente existem sete organizações desportivas internacionais para deficientes, representando cada uma delas

uma deficiência específica.

Muitos milhares de pessoas deficientes através do mundo já sabem da importância do desporto. Contudo milhares há que não sabem! Por vezes devido à falta de motivação e, mais frequentemente, porque as circunstâncias do país onde vivem apenas lhes permite uma mera sobrevivência.

Esta situação cria uma dupla tarefa às organizações internacionais. Por um lado a sua acção tem de ser orientada adequadamente e por outro lado há ainda que criar condições para a prática desportiva.

A tremenda necessidade de apoio financeiro para o estímulo das actividades desportivas através do mundo levou as organizações internacionais a unirem-se numa cooperação centralizada.

Em 21 de Junho de 1983 foi decidido apoiar uma iniciativa holandesa de formação de um Fundo — o IFDS — para todos os desportos de deficientes no mundo. Com essa finalidade, unem-se as seguintes organizações:

IBSA — Associação Internacional de Desporto para Cegos

ISOD — Organização Internacional do Desporto para Deficientes

CP-ISRA — Paralisia cerebral — Associação Internacional de Desportos e Recreação

ICSC — Comité Internacional de Xadres Silencioso

IBCA — Associação Internacional de Xadres para Cegos

CISS — Comité Internacional de Desporto para Surdos

— E ainda Associação Internacional de Desporto para Pessoas Diminuídas Mentais (organização que está a ser constituída).

Actividades do Fundo

As actividades do Fundo Internacional do Desporto para Deficientes visam habilitar as organizações internacionais para realizar um maior número de objectivos tais como a implementação e/ou organização de:

- projectos de recreação
- treino de quadros desportivos
- assistência médica no desporto
- equipamento desportivo
- promoção de comunicação multidisciplinar

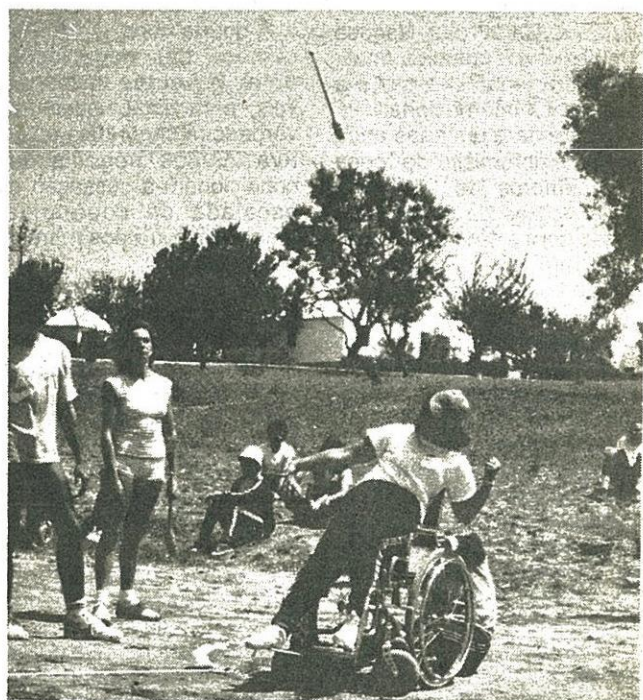


plinar através da organização de congressos mundiais

- assistência organizativa onde quer que o IFSD seja o centro de informação e censo

- apoio de acontecimentos à escala Olímpica mundial

Daí resultará que os deficientes não sejam apenas espectadores mas também participantes.



As oficinas de tipografia da ADFA executam todos os trabalhos de Tipografia e Encadernação

Caros Associados:

Todos os Sócios interessados em adquirir viaturas da gama FORD, VOLKSWAGEN, AUDI, RENAULT, OPEL, FIAT, podem fazê-lo através do nosso sócio **António Bernardes** que é delegado de vendas das marcas acima mencionadas, encontrando-se este dentro de toda a legislação sobre aquisição de viaturas para deficientes.

VENDA PARA QUALQUER PARTE DO PAÍS

A contactar pelos ☎ 36 21 67 — Sede ADFA ou 243 19 51 — Residência depois 19 h. (rede de Lisboa)

FÉRIAS — POLIGRUPO

A Poligrupo promove viagens em condições especiais para os sócios da ADFA.

Uma viagem à SUIÇA, ALEMANHA, FRANÇA e ESPANHA; durante 12 dias em autopulman.

Preço por pessoa: 5850\$00 × mês, durante 24 meses.

Inscrições limitadas.

Os sócios e familiares interessados devem contactar D. Fátima Simões. Telef.: 73 27 81 e 73 26 41.

Janela Interior

Pelo sócio
Dr. Valente dos Santos

A Adolescência é caracterizada por quatro grandes grupos de transformações:

A. Desenvolvimento físico e maturidade sexual.

B. Estruturação da personalidade.

C. Desenvolvimento de capacidades e possibilidades de autonomia.

D. Distanciamento do prazer imediato e capacidade de fazer projectos.

Ente outras, uma das estratégias para atingir o objectivo, apoiar o aluno, o professor deve conhecer quais as dificuldades específicas, que se deparam ao adolescente, em cada grupo de transformações.

É antes do aparecimento dos problemas, como o insucesso escolar, o alcoolismo, a delinquência, a droga, a prostituição e outros, que devem ser adoptadas medidas de prevenção primária.

No grupo A. o adolescente tem dificuldade em reassumir o seu corpo, e encontrar uma identidade sexual. Entre outros meios, a actividade física e o desporto são importantes na reconciliação do adolescente com o seu próprio corpo.

Geralmente a Educação Física é olhada

como disciplina de menor importância, marginalização que atinge os próprios professores, que são aceites com uma certa complacência, e não raras vezes, com displicência no seio do restante corpo docente.

A informação sexual é imprescindível para orientar o adolescente, numa identidade sexual, dissipando sentimentos de culpabilidade, particularmente os decorrentes da masturbação.

Por outro lado, a informação sexual evita situações de gravidez e nascimentos não desejados, e desmistifica as preocupações que o adolescente apresenta em relação ao seu próprio corpo, como no modelo de manifestações afectivo-sexuais.

Consoante o sexo, a informação sexual na Adolescência é diferente, mas deve sempre tentar responder às preocupações do adolescente, rapaz ou rapariga, e não se limitar a fazer uma descrição anatómica e fisiológica. As preocupações do rapaz, prendem-se com a potência sexual e seus preconceitos, como o tamanho dos órgãos genitais, e com a homossexualidade.

(Continua)

Ano Internacional da Paz



Segundo Encontro Mundial de Antigos Combatentes, Resistentes e Vítimas de Guerra.

«Agir pelo desarmamento em segurança e por um mundo de paz, liberdade e solidariedade».

Viena, 1-3 Dezembro 1986.

Em 24 de Outubro de 1945 foi solenemente assinada a Carta das Nações Unidas cuja primeira finalidade era «manter a paz e a segurança internacional».

Quarenta e um anos após esse compromisso de todos os membros de aceitarem os princípios da Carta, nem a paz nem a segurança conseguiram ser convenientemente asseguradas.

Se um terceiro conflito mundial foi até ao momento evitado, confrontos locais e regionais causaram porém milhões de vítimas.

As nações dotaram-se com meios de se destruírem a si mesmas através de pesquisas, esforços e orçamentos desmesurados, afectando gravemente a economia das nações, esterilizando as possibilidades de solidariedade a favor dos povos que sofrem a fome, a miséria e a ignorância.

Os combatentes de ontem, que souberam encontrar por si mesmos o caminho da reconciliação e do diálogo, não aceitam o absurdo de uma tal situação e não se resignam com a fatalidade da guerra. Entendem (que devem) alertar a opinião pública, colocar os governos perante as suas responsabilidades e tudo fazer para quebrar uma cadeia fatal, fazendo parar a corrida para o abismo.

A paz só pode construir-se numa base de confiança e reciprocidade.

A primeira condição para tal é que sejam respeitados os princípios proclamados e os compromissos subscritos na Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Acta Final de Helsínquia.

Sem isso, a segurança instável e frágil continuará a assentar no equilíbrio do terror, como sucede na Europa desde há quarenta anos, mas à custa de alguns constrangimentos humanos e materiais.

A segunda condição é a renúncia ao espírito de dominação, político ou militar deixar todos os povos determinar livremente o seu destino, e respeitar efectivamente os Direitos do Homem e as liberdades fundamentais de todos.

Sem isso, as opressões, as perseguições, continuarão a dar aso a violências e

a agravar a insegurança e as tensões internacionais.

A terceira condição é a aceitação sem reservas, para a solução dos diferendos, do recurso a conciliação e à arbitragem, no quadro da Carta das Nações Unidas.

Sem isso o emprego da força continuará a prevalecer sobre o primado do direito.

A quarta condição é o recomeço das negociações entre governos responsáveis, para estabelecer uma verdadeira segurança colectiva. Essas negociações condicionam a cessação da escalada de sobrearmamento em terra nos mares e no espaço.

Sem estabelecer o equilíbrio de forças ao mais baixo nível, através de um desarmamento mútuo, equilibrado, progressivo e controlado (cabe às três grandes potências dar o exemplo) a corrida sem fim aos armamentos conduzirá inexoravelmente à destruição da civilização.

A última condição é que em todos os pontos quentes do globo, aqueles onde se vivem a guerra e a opressão, sejam tomadas imediatamente iniciativas concretas para restabelecer o primado do Direito e das Liberdades.

Sem isso, o divórcio entre as boas intenções proclamadas e a continuação de políticas de força só fará aumentar a revolta e a instabilidade no Mundo.

Desde há anos que o mundo combatente, consciente dos seus deveres para com as gerações mais jovens, multiplicou as suas advertências e os seus apelos.

Para além dos encontros espectaculares, os povos e os homens de todas as nações, conscientes da sua interdependência, esperam dos responsáveis deste mundo que no despertar do terceiro milénio seja realmente empreendida a construção de uma nova ordem de paz de liberdade e de solidariedade.

Projecto de Documento Final

1. No quadro do Ano Internacional da Paz, decidido pelas Nações Unidas, estamos reunidos em Viena com a vontade de agir pelo desarmamento na segurança e por um mundo de paz, de liberdade e solidariedade.

2. Perto de 100 milhões de pessoas tomaram nos conflitos havidos desde o início deste século. Mortas no furor e no sangue dos campos de batalha, no horror das torturas, das prisões,

A FMAC, a Confederação Europeia dos Antigos Combatentes, a Confederação Internacional dos Antigos Prisioneiros de Guerra e a Federação Internacional de Resistentes, reunidas no Comité de Coordenação para o Desarmamento, divulgaram recentemente dois textos a apresentar no Segundo Encontro Mundial de Antigos Combatentes, Resistentes e Vítimas de Guerra que vai realizar-se em Viena de 1 a 3 de Dezembro do corrente ano.

Estes documentos, sob a forma de anteprojectos de resolução e de documento final desse Encontro, destinam-se nesta fase a uma ampla discussão entre as associações-membro, antes de serem novamente analisados pelo Comité de Ligação para o Desarmamento, em reunião a realizar em Paris em 28 de Maio, e na reunião alargada do Comité de Coordenação para o Desarmamento, a realizar em Abijão (Costa do Marfim) em 30 de Junho e 1 de Julho.

Os projectos, corrigidos com as observações e comentários feitos até lá, voltarão a ser difundidos pelas associações membro que terão ainda possibilidade de algumas observações finais antes do Encontro Mundial em que deverão ser aprovados.

Todas as sugestões e críticas a estes documentos devem ser transmitidas ao representante da ADFA, na FMAC, Mário Dias.

das execuções e dos campos de concentração. As guerras deixaram viúvas, órfãos, pais, vítimas civis, devastação e ruínas.

Nós sobrevivemos. Tínhamos combatido lado a lado ou em campos opostos, em duros confrontos, de armas na mão. Actualmente somos conscientes das nossas diferentes opções. Mas, voltados para o futuro, pretendemos ultrapassar as nossas divergências.

3. Tendo feito face à guerra, entendemos estar na primeira linha dos que fazem face à paz.

Com a força da nossa dolorosa experiência, rejeitamos a ideia e combatemos a ameaça de um suicídio colectivo da humanidade e da destruição de toda a vida do nosso planeta.

Afirmamos que é necessário e possível fazer parar a corrida aos armamentos.

Afirmamos que é necessário e possível inverter o processo e caminhar para um desarmamento geral e controlado.

Afirmamos que a guerra não é uma fatalidade, estando ao mesmo tempo conscientes de que a paz se ganha e tem de se merecer.

4. Na situação do mundo e das suas técnicas, a guerra não pode ser uma solução. A acumulação vertiginosa e ruinosa de armamentos leva menos à garantia da independência e integridade dos Estados que ao reforço do perigo dos conflitos por reacções recíprocas de medo e de desconfiança.

Os progressos da consciência colectiva deverão permitir a solução de todos os conflitos pela negociação ou pela arbitragem, sem recurso à força ou à ameaça do seu emprego.

5. As ameaças que pesam sobre a humanidade

são tanto mais graves quanto os armamentos já existentes são mais que suficientes para levar a uma destruição completa e total.

6. Embora desde 1945 tenha sido evitada uma guerra mundial, numerosos conflitos locais ensanguentam o mundo e alguns deles poderiam ter levado a um conflito generalizado, dando lugar ao emprego de armas de destruição em massa.

7. O surto das ciências e técnicas foi desviado dos seus possíveis fins pacíficos, económicos e sociais. Pelo mesmo motivo, longe de contribuir para a solidariedade pela redução das desigualdades, esse surto leva à afectação, para despesas de armamentos, de uma parte cada vez mais importante dos recursos de cada Estado.

8. A situação de perigo de centenas de milhões de seres humanos que sofrem a miséria e a fome deve-se, em parte, à ausência de uma verdadeira solidariedade internacional. Esta permitiria, conjugada com o esforço dos povos envolvidos, e no quadro de organizações apropriadas, pôr termo a situações de subdesenvolvimento, inaceitáveis de um ponto de vista humano, e criadoras de tensões perigosas para a paz.

9. Da mesma forma é portadora de perigos a situação dos povos privados do seu direito a independência, enquanto milhões de oprimidos são vítimas do racismo, de discriminações de toda a espécie e de repressão, contrários aos direitos do homem.

10. A paz só é possível e duradoura desde que cada país possa gozar da sua independência, podendo cada povo escolher livremente o seu destino e cada

ser humano podendo gozar dos direitos e liberdades inscritos na Carta Internacional dos Direitos do Homem.

11. É neste espírito que saudamos e apoiamos todas as iniciativas criadoras de um clima pacífico nas relações internacionais.

(No momento da redacção do presente documento, o relator não está em condições de escrever um texto que fosse ainda actual em Dezembro, dada a rápida evolução da situação internacional, mas retém as seguintes ideias para que sejam submetidas a exame e completadas:

— Papel da ONU; apoio e desenvolvimento;

— Papel de todos os países, incluindo os do Terceiro Mundo, países não alinhados;

— Importância dos encontros entre as grandes potências, sua responsabilidade particular, consequências previsíveis de um acordo;

— Desarmamento;

— Não às armas no espaço;

— redução dos armamentos nucleares e de destruição em massa;

— não fabricação;

— destruição de armamentos nucleares — idem armamentos químicos, biológicos, etc.;

— equilíbrio estratégico;

— armamentos convencionais;

— reconhecimento de que uma guerra nuclear não pode ser ganha por nenhuma das partes;

— aplicação das ciências e das técnicas com uma finalidade pacífica para evitar aplicações nucleares tais como as de Hiroshima e Nagasaki).

12. Sendo a segurança

dos Estados assegurada neste quadro, os recursos libertados poderão ser empregados em benefício de uma nova ordem económica e social, na melhoria da vida social de cada um e no auxílio indispensável aos países em vias de desenvolvimento.

13. Através destes caminhos novos e concretos seria melhorada a confiança entre os Estados e os povos, favorecendo assim o desanuviamento e a cooperação internacional.

14. Sabemos que estas medidas formam um todo indissociável. A sua colocação em prática exige o apoio da opinião pública, da qual somos uma parte integrante. A opinião pública é o fruto de tomadas de consciência individuais.

15. Ao trazer ao mundo as nossas razões de vigilância, de empenhamento, de esperança e de confiança no homem, apelamos a todos os nossos concidadãos e muito particularmente às novas gerações, às centenas de milhão de homens e mulheres, para quem o direito à vida em dignidade é o direito fundamental. Estamos na encruzilhada da angústia e da esperança. Para dar vida a esta última, actuemos em conjunto junto dos governos, junto de todos que têm poder de convicção, de acção e de decisão.

Neste final do século XX, queremos todos e com todas as nossas forças e através de acções apropriadas contra a violência e a opressão e a guerra, contribuir para o desenvolvimento da humanidade, num mundo mais justo, mais livre, mais solidário e mais fraterno.

Paris, 28 de Fevereiro de 1986.



Associação Portuguesa de Surdos

Por absoluta falta de espaço nesta edição, resultante da inclusão dos Relatórios e Contas de 1985, não nos é possível publicar uma reportagem realizada na Associação Portuguesa de Surdos, sobre as actividades daquela Associação e, nomeadamente o I Campeonato Mundial de Xadrez Silencioso por Equipas, que irá realizar-se em Montechoro, de 24 de Maio a 7 de Junho. Esse trabalho será publicado na próxima edição.

SEGUROS

QUALQUER RAMO EM TODO O PAÍS
CONSULTAS TÉCNICAS E CONTACTOS

Tel. (01) — 220 23 85

SÓCIO **ARMANDO ALVES**
R. VITÓRIA, 131 — VALE MILHAÇOS

CORROIOS

2800 ALMADA